



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

LINDSEY OLIVA FONTANA SCHMITZ

**ANÁLISE DAS PRODUÇÕES SOBRE DESASTRES PUBLICADAS NAS
REVISTAS BRASILEIRAS DE SERVIÇO SOCIAL**

Florianópolis

2018

Lindsey Oliva Fontana Schmitz

**ANÁLISE DAS PRODUÇÕES SOBRE DESASTRES PUBLICADAS NAS REVISTAS
BRASILEIRAS DE SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em
Serviço Social do Centro Socioeconômico da
Universidade Federal de Santa Catarina como
requisito para a obtenção do Título de Bacharel em
Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Hélder Boska de Moraes
Sarmiento

Florianópolis

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Schmitz, Lindsey Oliva Fontana
ANÁLISE DAS PRODUÇÃO SOBRE DESASTRES PUBLICADAS NAS REVISTAS
BRASILEIRAS DE SERVIÇO SOCIAL / Lindsey Oliva Fontana Schmitz ;
orientador, Hélder Boska de Moraes Sarmiento, 2018.
59 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2018.

Inclui referências.

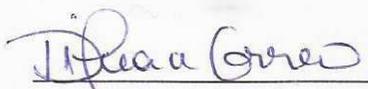
1. Serviço Social. 2. Desastre. 3. Produção Acadêmica. I.
Sarmiento, Hélder Boska de Moraes. II. Universidade Federal
de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Lindsey Oliva Fontana Schmitz

**ANÁLISE DAS PRODUÇÕES SOBRE DESASTRES PUBLICADAS NAS REVISTAS
BRASILEIRAS DE SERVIÇO SOCIAL**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do Grau de bacharel e aprovado em sua forma final pelo Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina.

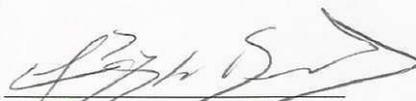
Florianópolis, 03 de julho de 2018.



Prof.^a Dilceane Carraro, Dr.^a

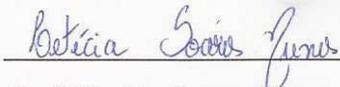
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:



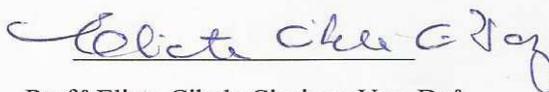
Prof. Hélder de Moraes Sarmiento, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina - Orientador



Prof.^a Leticia Soares Nunes,

Universidade Federal de Santa Catarina - 1^a Examinadora



Prof.^a Eliete Cibele Cipriano Vaz, Dr.^a

Universidade Federal de Santa Catarina - 2^a Examinadora

RESUMO

A pesquisa que embasa este trabalho objetivou analisar o conhecimento produzido sobre desastres e publicado nas principais revistas brasileiras da área de Serviço Social. A motivação desta pesquisa deve-se a existência de um campo interventivo da profissão nas situações de desastres que exige conhecimentos técnicos e competências. Deste modo, considera-se necessário haver um esforço da categoria no sentido de apropriar-se dos conhecimentos existentes para construir um arcabouço teórico e prático que possibilite ao assistente social posicionar-se frente as necessidades e demandas existentes neste campo e alinhar seu exercício profissional ao Projeto Ético-Político da profissão. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em todos os volumes que se teve acesso das doze principais revistas de Serviço Social brasileiras. Através desta, 24 publicações vinculadas a temática dos desastres foram encontradas, estas compuseram o material bibliográfico da pesquisa, foram analisadas, organizadas e apresentadas neste trabalho. Dentre os resultados desta pesquisa identificou-se que o campo dos desastres tem apresentado muitos desafios a profissão, tem havido uma redução do Serviço Social a Política de Assistência Social, e uma redução de ambos a viabilização e execução de ações emergenciais, assistenciais e paliativas. Deste modo, apontou-se a pertinência de posições críticas quanto a esse campo de atuação, haja vista que pode representar um retrocesso as conquistas históricas da profissão. No entanto, salienta-se que esse desafio é enfrentado pelos profissionais em seus demais espaços sócio-ocupacionais, sendo, no entanto, agravado pela pouca produção de conhecimento sobre a gestão de riscos/desastres e sobre os debates teóricos e interventivos que permeiam o campo. A quantidade limitada de trabalhos demonstra que a relação do Serviço Social com a temática dos desastres costuma restringir-se ao campo interventivo. Sendo assim, aponta-se haver um caminho necessário a ser percorrido pela profissão acerca da apropriação dessas discussões, para que não se perca a clareza das questões macroestruturais que originam os desastres, evitando assim uma atuação focada na adaptação e responsabilização dos indivíduos pela situação vivenciada.

Palavras-chave: Desastre. Serviço Social. Produção Acadêmica.

ABSTRACT

The research that underlies this work aimed to analyze the knowledge produced about disasters published in the main Brazilian academic journals in the field of Social Work. The motivation that led to this research relates to the existence of a professional interventive field in disaster situations that requires technical knowledge and competencies. Hence, it is considered necessary to have an effort of the profession to appropriate existing knowledge in order to build a theoretical and practical framework that enables the social worker to position itself in the face of the needs and demands in this field and to align his professional practice to the Ethical-Political Project of the profession. Therefore, a bibliographical research comprising all the available volumes of the twelve main Brazilian academic journals in the field of Social Work was realised. Through this research, 24 publications related to the theme of disasters were found. These composed the bibliographical material of the research, and were analysed, organized and presented in this work. Among the results of this research it was identified that the field of disasters has presented many challenges to the profession, there has been a reduction of Social Work to Social Assistance Policy, and a reduction of both the profession and the policy to the viabilization and execution of emergency, assistential and palliative actions. In this way, the pertinence of critical positions regarding this field of actuation was pointed out, given that the current situation may represent a setback to the historical achievements of the profession. However, it should be emphasized that this challenge is faced by the professionals in their socio-occupational spaces, being nevertheless aggravated by the scarcity of the production of knowledge about risks/disasters management, and about the theoretical and interventive debates that permeate the field. The limited number of papers shows that the relation of Social Work to the thematic of disasters is usually restricted to the interventive field. Thus, it is pointed out that there is a necessary path to be taken by the profession regarding the appropriation of these discussions, so as to not lose sight of macro structural questions that are at the origin of disasters, in order to avoid an action focused in adapting individuals to their existing situation, or even in responsabilizing them for it.

Keywords: Disaster. Social Work. Academic Production.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Origem dos desastres abordados nas publicações	27
Gráfico 2 - Fenômeno deflagrador dos desastres socioambientais abordados nas publicações	28
Gráfico 3 - Registros de desastres socioambientais mais recorrentes no Brasil de 1991 a 2012	30
Gráfico 4 - Discriminação dos desastres abordados entre urbanos e rurais	30
Gráfico 5 - Estado/país de incidência dos desastres abordados.....	31
Gráfico 6 – Registro de danos humanos decorrentes de desastres socioambientais, nos Estados de Santa Catarina e do Rio de Janeiro no período de 1991 a 2012	35
Gráfico 7 - Ano de publicação do material bibliográfico.....	38
Gráfico 8 - Formação acadêmica dos autores do material bibliográfico	39
Gráfico 9 - Vinculação institucional dos autores do material bibliográfico.....	41
Gráfico 10 - Metodologia adotada na elaboração do material bibliográfico	42
Gráfico 11 - Ponto de vista sob o qual os autores abordam o objeto do desastre.....	43
Gráfico 12 - Ênfase na gestão/intervenção discriminada entre descrição da gestão/intervenção e teoria da gestão/intervenção.....	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Periódicos utilizados na pesquisa	12
Quadro 2 - Desastres vinculados a escassez ou excesso de precipitações por regiões do Brasil de 1991 a 2012.....	33
Quadro 3 - Registro de ocorrências de desastre socioambiental nas regiões Sudeste e Sul do Brasil e de seus respectivos Estados de 1991 a 2012.....	34
Quadro 4 - Registro de ocorrências de desastres socioambiental e danos humanos nas regiões do Brasil de 1991 a 2012.....	36

LISTA DE ABREVIATURAS E FIGURAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais
CEPED	Centro de Pesquisas e Estudos em Engenharia e Defesa Civil
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
COR/RJ	Centro de Operações do Rio de Janeiro
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
ENPESS	Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social
ES	Espírito Santo
GD	Gestão de Desastres
GDR	Gestão do Risco de Desastres
GEPSS	Grupo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDNDR	International Decade for Natural Disaster Reduction
MG	Minas Gerais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PR	Paraná
PUC/RJ	Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC/RS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
RJ	Rio de Janeiro
RS	Rio Grande do Sul
SC	Santa Catarina
SP	São Paulo
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 CONSENSOS E DISSENSOS: DEBATES TEÓRICOS E INTERVENTIVOS DO CAMPO DE ESTUDO DOS DESASTRES	15
2.1 DEFINIÇÃO DE DESASTRE	15
2.1.1 Desastres Socioambientais	16
2.1.2 Desastres Tecnológicos	17
2.2 RISCO OU DESASTRE	18
2.3 VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	21
2.4 POTENCIALIDADE DAS SITUAÇÕES DE DESASTRE	24
3 CARACTERIZAÇÃO DOS DESASTRES ABORDADOS NAS PUBLICAÇÕES	27
3.1 DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL	32
4 MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE DESASTRES	38
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS	52
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS NO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO.	57
APÊNDICE B - QUADRO PARA COLETA DE DADOS NO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO	59
APÊNDICE C – PUBLICAÇÕES DAS REVISTAS BRASILEIRAS DE SERVIÇO SOCIAL QUE ABORDAM A TEMÁTICA DOS DESASTRES	60

1 INTRODUÇÃO

O campo de estudo dos desastres é perpassado por disputas conceituais entre as disciplinas da área social e técnica. No âmbito cognitivo, as divergências concentram-se na origem dos desastres, duas interpretações sobressaem nessa disputa, o *paradigma da ameaça externa* e o *paradigma da vulnerabilidade interna*¹ (AVILLA, MARTTEDI, SILVA, 2017).

O *paradigma da ameaça externa*, como o próprio nome indica, concebe o desastre como um agente externo que impacta a sociedade (MARCHEZINI, 2009). Esta corrente teórico-metodológica enfoca o fator deflagrador do evento, seus aspectos físicos (magnitude, duração e extensão), sua distribuição temporal e espacial, o grau de preparação da população e entre outros aspectos (MONTZ, TOBIN, 2011 apud AVILLA, MARTTEDI, SILVA, 2017).

Já o *paradigma da vulnerabilidade interna* concebe o desastre como consequência da intervenção humana, originado na própria estrutura das sociedades (MARCHEZINI, 2009). Sendo assim, a organização social anterior ao evento passa a ter maior determinação sobre a destruição gerada (AVILLA, MARTTEDI, SILVA, 2017). Com a inauguração deste paradigma, o desastre passa a ser reconhecido como objeto de investigação das Ciências Sociais (MARCHEZINI, 2009).

Pontua-se então que este trabalho e as análises que dele decorrem vinculam-se ao *paradigma da vulnerabilidade interna*. Os desastres são concebidos como uma produção social cujos agravos são distribuídos desigualmente entre os grupos populacionais. Essa distribuição obedece a padrões de desigualdade e segregação presentes na sociedade (ANDERSON, 1995 apud QUARANTELLI, 2015), ou seja, os grupos socialmente vulneráveis estão mais expostos aos agravos de desastres. Deste modo, busca-se evidenciar que a vulnerabilidade ambiental é uma expressão da questão social, sendo, portanto, objeto de estudo e intervenção do Serviço Social.

Feitos estes esclarecimentos teóricos, aponta-se que no campo interventivo os assistentes sociais são recorrentemente acionados para atuar nas situações de desastre e pós-desastre. Em sua maioria vinculam-se as Secretarias Municipais de Assistência Social, sendo deslocados no advento de um desastre para executar ações mitigatórias como: cadastramento

¹ Autores como Gilbert (1998, apud MARCHEZINI, 2009) incluem um terceiro paradigma que concebe o desastre como “*um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições*” (MARCHEZINI, 2009, p.49). No entanto, optou-se por detalhar apenas os paradigmas que possuem maior expressividade no campo, pois com esta introdução visa-se somente demonstrar a existência de disputas e situar o trabalho sob o paradigma da vulnerabilidade interna.

dos afetados, gestão de abrigos, distribuição de donativos, inserção em programas habitacionais e etc. (DUTRA; GONÇALVES, 2016). E mesmo quando não são acionados, o desastre impacta o processo interventivo desses profissionais, tendo em vista que o público usuário do Serviço Social geralmente acumula vulnerabilidades socioambientais - por vivenciar a exclusão socioespacial e socioeconômica - sendo mais frequentemente afetados por desastres.

Apesar dessa recorrente intervenção junto à população afetada, não raro os assistentes sociais referem a ausência de conhecimentos técnicos e competências para atuar nessas situações (MARQUES, 2011; VÍGOLO, 2012). Esta percepção pode ser reflexo de uma relação com a temática dos desastres geralmente restrita ao campo interventivo, urgente e emergencial. Condição esta que dificulta a apropriação de conhecimentos sobre a gestão de desastres, que, por sua vez, impede a construção de posicionamentos próprios por parte dos profissionais.

Evidencia-se assim a premência de que o Serviço Social se aproprie dos debates presentes nesta área de estudo, para posicionar-se frente a essas questões e construir um arcabouço teórico e prático que alinhe seu exercício profissional ao Projeto Ético-Político da profissão, de modo a evitar a adesão acrítica da racionalidade técnica hegemônica na gestão dos desastres².

Através da apropriação desse conhecimento a contribuição desses profissionais pode ser estendida as fases pré-impacto (prevenção e preparação), como a formulação de estratégias, programas e projetos voltados a evitar ou reduzir danos materiais e humanos. Podendo também contribuir para o enriquecimento do arcabouço teórico sobre a gestão dos desastres.

É nessa direção que este trabalho foi idealizado, pretendeu-se analisar a produção acadêmica do Serviço Social sobre a temática dos desastres, de modo a identificar como essa apropriação do campo de estudos vem sendo realizada. Para alcançar esse objetivo, optou-se pela realização de uma pesquisa bibliográfica nos principais periódicos brasileiros da área de Serviço Social. Essa opção levou em consideração a pouca expressividade da temática dos desastres dentro do Serviço Social, os periódicos foram considerados os materiais mais adequados tendo em vista serem atualmente o principal meio de divulgação científica, e permitirem a publicação de trabalhos desvinculados da temática condutora do editorial.

² Concebe os riscos de desastres de maneira isolada da sociedade, desconsiderando os interesses políticos e econômicos que permeiam o campo (VARGAS, 2006 apud DUTRA, 2015), os processos geradores dos desastres, sua vinculação com o modelo de desenvolvimento econômico e a distribuição desigual dos riscos e danos do desenvolvimento industrial, culminando assim em práticas de responsabilização da população afetada pela situação vivenciada.

Entretanto, a pesquisa apontou que 41,67% do total das publicações coletadas não possuem autores vinculados ao Serviço Social, ou seja, mesmo sendo um espaço de primazia da categoria, há uma quantidade considerável de produções vinculadas a outras áreas do conhecimento. Optou-se então por incluir essas produções na pesquisa, alterando assim o objetivo do trabalho, que será: **analisar o conhecimento produzido sobre desastres e publicado nas principais revistas brasileiras da área de Serviço Social**. Para não perder de vista o objetivo que deu origem a esta pesquisa, analisou-se também as produções de autores vinculados ao Serviço Social em relação ao conjunto das produções encontradas.

Para seleção dos periódicos adotou-se o critério brasileiro de validação científica, as revistas deveriam ser reconhecidas pela Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior (CAPES), devendo, portanto, constar nos relatórios Qualis desta fundação. No quadro 1 são apresentadas as revistas selecionadas e suas respectivas instituições de vinculação.

Quadro 1 – Periódicos utilizados na pesquisa

REVISTA	INSTITUIÇÃO
Argumentum	UFES
Em Pauta	UERJ
Emancipação	UEPG
Katálysis	UFSC
Libertas	UFJF
O Social Em Questão	PUC/RJ
Praia Vermelha	UFRJ
Ser Social	UNB
Serviço Social & Sociedade	Editora Cortez
Serviço Social Em Revista	UEL
Temporalis	ABEPS
Textos & Contextos	PUC/RS

Fonte: Elaboração pela autora

A pesquisa foi realizada nos sites das doze revistas, foram inseridos os termos desastre, catástrofe, defesa civil e risco na ferramenta de busca dos sites, 17 artigos foram encontrados. Para contemplar as publicações com enfoque na temática dos desastres, mas que não fazem menção aos referidos termos em seus títulos, foram analisados os sumários dos volumes das revistas em que cada artigo selecionado foi publicado. Como os volumes mais antigos não costumam constar nos *sites*, para acessá-los fez-se uso do acervo físico do Grupo de Estudos e

Pesquisas em Serviço Social (GEPSS)³ e as Biblioteca Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Nestes casos, a seleção foi mais abrangente, pois, através da leitura dos sumários, incluiu-se artigos cujos títulos aparentavam relação com a temática dos desastres mesmo sem fazer uso dos referidos termos. Esta etapa da pesquisa foi iniciada em 24 de outubro de 2017 e finalizada em 18 de fevereiro de 2018, todas os volumes que se teve acesso em meio online ou físico foram analisados, ao final do processo 392 volumes⁴ haviam sido pesquisados. Inicialmente 27 publicações foram selecionadas, após a leitura três foram excluídas por não possuírem relação com os desastres, ou seja, a pesquisa foi finalizada com 24 publicações (APÊNDICE C), que estão distribuídas em seis das doze revistas pesquisadas.

Sobre os termos adotados para a filtragem das produções em meio online, é relevante pontuar que podem ter realizado um recorte ao qual não se estava ciente, reduzindo assim a porcentagem de produções que estejam sobre outros referenciais teóricos. Isso se deve à falta de consenso no campo, alguns estudiosos definem as situações como desastre, outros como risco e outros como conflito (SEÇÃO 2). Além disso há também discordâncias sobre a definição dos fenômenos desencadeadores dos eventos (SEÇÃO 2). Entretanto, como tal compreensão só foi possível após a aproximação dessa área de estudos não foi possível inserir tais termos na pesquisa.

Retomando a descrição do percurso metodológico, a próxima etapa do trabalho consistiu na análise do material bibliográfico. Inicialmente foi realizada uma leitura exploratória, através da qual buscou-se identificar conexões que interligassem as produções. Elaborou-se então um questionário (APÊNDICE A), com questões recorrentemente abordadas nos artigos, e alguns quadros (APÊNDICE B), para facilitar a visualização do conjunto de publicações. Posteriormente as publicações foram fichadas, as questões respondidas e os quadros completados. Esses instrumentos possibilitaram a padronização e posterior comparação entre as informações coletadas, a partir deles as variáveis a serem analisadas foram definidas, deste modo pôde-se identificar tendências, discordâncias e consensos entre as produções. Esse percurso metodológico deu origem as três seções que compõem o desenvolvimento deste trabalho de conclusão de curso, a primeira contém as informações constantes no questionário, a segunda e a terceira contém as informações do questionário e dos quadros.

³ Núcleo de estudos vinculado ao departamento de Serviço Social da UFSC.

⁴ Das revistas e volumes que não se teve acesso: Serviço Social & Sociedade número 34; Libertas volume 2, número 1; Ser Social número1; Em Pauta números 1, 3, 4, 8, 10, 11, 12, 13, 17 e 18.

Com esta introdução buscou-se situar o trabalho sob o *paradigma da vulnerabilidade interna*, justificar o tema dos desastres como objeto de estudo e intervenção do Serviço Social, apresentar o objetivo da pesquisa e a metodologia adotada para alcançá-lo. Na segunda seção, tendo em vista que a área de estudo dos desastres não é amplamente conhecida pela categoria de Serviço Social, são apresentados os principais debates teóricos e interventivos constantes nas publicações, deste modo demonstra-se os consensos e dissensos que atravessam o campo. Na seção subsequente, caracteriza-se as situações de desastres enfocadas, de modo a delinear um perfil recorrentemente abordado, o qual conclui-se estar relacionado as opções metodológicas desta pesquisa, aos debates constantes na seção anterior e ao contexto mais amplo da sociedade brasileira. A terceira seção é composta pelo mapeamento das publicações, nela são realizadas análises sobre o conjunto do material bibliográfico e sobre as produções de autores vinculados ao Serviço Social. Por fim, são apresentadas as conclusões deste trabalho, aponta-se haver um caminho necessário a ser percorrido pela profissão acerca da apropriação de conhecimentos sobre o campo de estudo dos desastres para que não se perca a clareza das questões macroestruturais que originam, evitando assim uma atuação enfocada na adaptação e responsabilização dos sujeitos afetados pela situação vivenciada.

2 CONSENSOS E DISSENSOS: DEBATES TEÓRICOS E INTERVENTIVOS DO CAMPO DE ESTUDO DOS DESASTRES

No campo de estudo dos desastres, Quarantelli (2015)⁵ sinaliza que a maioria dos desacordos não se relaciona a dados empíricos e sim ao próprio conceito de desastre. A pesquisa evidenciou essa pouca clareza conceitual do campo, nas publicações há concepções diversas sobre as principais categorias empregadas, desastre, risco e vulnerabilidade.

No entanto, há questões consensuais, sendo possível identificar uma linha geral que conduz os estudos. Sendo assim, esta seção dedica-se a apresentar os consensos e dissensos encontrados na bibliografia, e as opções teóricas deste trabalho frente aos debates apresentados.

2.1 DEFINIÇÃO DE DESASTRE

Todas as publicações abordam seus objetos de estudo a partir do *paradigma da vulnerabilidade interna*, sendo assim compartilham das noções fundamentais que balizam esse paradigma, ou seja, os desastres são fenômenos sociais e sua origem está na estrutura das sociedades (QUARANTELLI, 2015).

Como fenômenos sociais, não existem fora das ações e decisões humanas, deste modo, um terremoto que não impacte negativamente a humanidade é apenas um fenômeno físico (QUARANTELLI, 2015). As consequências sociais negativas geradas se devem às atividades sociais desenvolvidas antes, durante e após o impacto, ou seja, as causas dos desastres estão incubadas na própria sociedade e refletem o modelo de desenvolvimento adotado (SANTOS, 2012). Deste modo, a organização social anterior ao impacto possui maior determinação sobre a destruição⁶ (SANTOS, 2012). Sendo assim, todos os artigos enfatizam a variável humana em detrimento dos fenômenos deflagradores do desastre.

Permitir altas concentrações de densidade populacional em planícies de inundação, construir estruturas não resistentes ou não reforçadas contra terremotos, permitir habitação em encostas vulcânicas, fornecer informação ou sinal de alerta inadequados em caso de tsunamis, por exemplo, constituem casos mais graves do que o agente do desastre em si, pois causa vítimas, perdas

⁵ Tradução e publicação de Raquel Brigatte do capítulo 20 do livro *What is a disaster? New answers to old questions* escrito por Eurico Quarantelli em 2005.

⁶ Quarantelli (2015) exemplifica a maior importância da variável humana ao apontar a existência de desastres econômicos desencadeados apenas pelo prenúncio de um evento físico não concretizado. Todavia, alguns autores atrelam a categoria desastre exclusivamente a combinação de fatores naturais e sociais, sendo assim, perdas econômicas não seriam consideradas desastres. Como Santos (2012), que considera as características físicas como determinantes da probabilidade de ocorrência do fenômeno e as condições sociais como determinantes da destruição gerada.

econômicas e patrimoniais, tensão psicológica e interrupção de atividades cotidianas que são a essência dos desastres (QUARANTELLI, 1999c apud QUARANTELLI, 2015).

Tendo em vista que todos desastres possuem componentes sociais, em suas origens ou efeitos, a denominação corrente dos desastres como algo natural é problematizada pelos autores, que argumentam não haver fronteiras bem delimitadas entre os momentos pré e pós-desastre, não sendo possível separar a dimensão social e física desses eventos (PORTO; PORTO, 2015). Entretanto, a distinção “*natural*” e *tecnológico*⁷ é recorrentemente utilizada para referir-se aos fenômenos desencadeadores dos desastres, pois mesmo que as dimensões natural e social estejam imbricadas, a distinção abstrata auxilia a compreensão dos fenômenos. Optou-se então por utilizar tal distinção nas análises que compõem este trabalho, apenas substituindo a palavra *natural* por *socioambiental*, para evitar a conotação de oposição ao que é social⁸.

2.1.1 Desastres Socioambientais

Os fenômenos socioambientais relacionam-se a dinâmica interna (geológicos) ou externa da Terra (hidrológico, climatológico, meteorológico) (KOBAYAMA et al., 2006). O primeiro grupo abarca terremotos, erupções vulcânicas, movimentos de massa e erosões. E o segundo abarca inundações, enxurradas, alagamentos, tempestades, secas, incêndio florestal e entre outros. Na Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE) alguns fenômenos de ordem biológica também são considerados desastres naturais, como epidemias e infestações/pragas (BRASIL, 2012b).

Sobre a definição dos fenômenos que compõem a categoria desastre, Quarantelli (2015) evidência o risco de se considerar todo acontecimento social negativo como um desastre, isso tornaria a categoria inútil pela falta de clareza quanto ao que designa. O autor opta por delimitar o conceito aos fenômenos que desencadeiam situações emergenciais, excluindo os muito difusos, pouco circunscritos local e temporalmente, como a seca, a fome, as epidemias e os conflitos, considerando também a incompatibilidade entre os resultados de pesquisas sobre esses fenômenos e as generalizações empíricas consolidadas no campo dos desastres.

⁷ No campo de estudos dos desastres, os fenômenos desencadeadores dessas ocorrências costumam ser denominados como “naturais” e “*não-naturais*”, sendo estes últimos subdivididos entre tecnológicos e provocado pelo homem (LIEBER; ROMANO-LIEBER, 2005). A classificação “*provocados pelo homem*” abarca fenômenos como as guerras, os ataques terroristas, as colisões de veículos e etc. No entanto, optou-se por excluir tais fenômeno desta pesquisa, pois não possuem expressividade neste recorte, havendo inclusive autores que não consideram tais fenômenos como desastres.

⁸ Noção já descartada no campo de estudo dos desastres.

A exclusão do fenômeno da seca não é uma questão consensual nas publicações, principalmente aqueles com enfoque interventivo⁹. Esses costumam fazer uso de definições mais genéricas sobre desastres, como as adotadas por órgãos de apoio e ação vinculados às situações de desastre, como a Secretaria Nacional de Defesa Civil cuja Política Nacional de Proteção e Defesa Civil conceitua desastres como o *“resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais”* (BRASIL, 2007, p.08). A referida política insere um conjunto bastante diverso de fenômenos entre os desencadeadores de desastre, desde aqueles de origem sideral (asteroides e cometas) até os de origem social (convulsões sociais, conflitos bélicos e etc.), inserindo também, entre os desastres de origem natural, os decorrentes da intensa redução das precipitações hídricas como as secas (BRASIL, 2007).

Como o enfoque interventivo compõe 62% das produções deste trabalho (SEÇÃO 2) e devido a expressividade que o fenômeno da seca possui na definição de desastre dessas publicações, optou-se por manter o fenômeno entre os desencadeadores de desastres socioambientais.

2.1.2 Desastres Tecnológicos

Os desastres tecnológicos decorrem do uso do conhecimento científico, são colapsos, explosões, incêndios, vazamentos e entre outros acidentes envolvendo substâncias químicas ou equipamentos perigosos. Sobre estes, o ponto de discordância está na inserção ou exclusão das condições crônicas de contaminação e poluição (LIEBER; ROMANO-LIEBER, 2005).

Porto e Porto (2015) denominam esses fenômenos de longa duração como desastres, apontam a existência de variáveis tão ou mais relevantes do que a forma abrupta do evento, como a extensão, a gravidade, a frequência e etc.

As divergências em enquadrar tais fenômenos parecem dever-se, em grande medida, a incerteza própria aos estudos epidemiológicos, a dificuldade de evidenciar a contaminação/poluição e sua causalidade gera impasses sobre a nomenclatura utilizada para defini-los. Esses processos longos podem ser denominados como riscos ao meio ambiente e a

⁹ O enfoque interventivo refere-se aos trabalhos dedicados a: apresentar situações de desastres; discorrer sobre as ações viabilizadas pelo poder público (setores ou categorias profissionais); discorrer sobre o discurso da população afetada; analisar as políticas acionadas nas situações de desastre e refletir sobre a gestão de desastres através da criação de modelos e esquemas explicativos.

saúde humana, ou como desastres já concretizado. Há produções que também tratam essas condições crônicas de contaminação/poluição como conflitos socioambientais entre diferentes modos de apropriação dos recursos de uso comum.

Para exemplificar o referido, destacamos os trabalhos de Carman (2015) e Swistun (2015). Ambos enfocam os desdobramentos da poluição do rio Matanza-Riachuelo - do solo e do ar em seus arredores - atribuída ao polo petroquímico localizado no município de Dock Sud/ARG. Sobre a situação descrita, Swistun (2015) a denomina como um desastre em câmera lenta e Carman (2015) a define como um risco ambiental.

Essa questão vincula-se a uma divisão presente no campo dos desastres que será apresentada no próximo tópico.

2.2 RISCO OU DESASTRE

Durante a análise dos artigos, identificou-se pontos de vista opostos sobre qual deve ser o objeto de enfoque das análises e intervenções nesse campo de estudos, se os riscos ou os desastres. Para Quarantelli (2015) esta é uma discussão relevante pois a opção por um dos termos indica a abordagem estratégica a ser utilizada.

Essa aparente divergência, pareceu dever-se a falta de clareza quanto ao conceito de risco. Os autores, possuem a mesma opinião sobre como deve-se proceder nas análises e intervenções, mas definem a categoria de modo diverso.

Para expor tal questão, são apresentados os pontos de vista de Dutra (2015) e Quarantelli (2015), ambos abordam a temática diretamente, e Avila, Martelli e Silva (2017) e Santos (2012) que não adentram a discussão, mas fazem uso da categoria para realizar apontamentos interventivos.

O enfoque nos desastres é defendido por Quarantelli (2015), pois, segundo o autor, a categoria remete aos impactos negativos provocados à humanidade. O mesmo não ocorre com a categoria risco que remete aos fenômenos físicos e naturais. Aponta então ser mais proveitoso focar os desastres, tendo em vista que há pouco a ser feito quanto aos riscos, mas muito a ser feito para mitigar os impactos dos desastres na sociedade (QUARANTELLI, 2015).

O autor contesta a centralidade do risco, aponta que essa postura induz a uma análise inconsistente do desastre, identificando-o como um fenômeno secundário. Sendo que, como dito anteriormente, o autor não considera o risco como o elemento mais determinante do impacto. Para exemplificar, Quarantelli (2015) evidencia que a previsão de desastres pode não se concretizar ou concretizar-se de forma diversa, como quando a organização social impede ou limita o impacto, ou no caso de desastres tecnológicos de processo lento, que ocorrem sem

a presença anterior do risco. Demonstra também, como exemplo de adesão ao enfoque nos fatores sociais, alterações terminológicas em eventos internacionais.

Não é por acaso que a Década das Nações Unidas, depois de ter sido denominada inicialmente por “redução de riscos”, foi alterada para “redução de desastres”. Da mesma forma, o recém-formado Congresso Diretor, em sua primeira reunião em 2001, intitulou o encontro de Primeiro Congresso Mundial sobre Redução de Desastres (QUARANTELLI, 2015, p. 39-41).

Quarantelli (2015) considera essa alteração como um deslocamento do foco das características físicas do evento para as consequências nas comunidades e indivíduos, “*cada vez mais um enfoque na “gestão” e não na “emergência”*” (BRITTON, 2001 apud QUARANTELLI, 2015).

A opção pelo termo desastre em detrimento do risco é um posicionamento difundido na linha de estudos da Sociologia dos Desastres. Vargas (2013, apud DUTRA, 2015) concorda que identificar o desastre como um epifenômeno, esconde seu caráter processual, suas origens, “*fundamentos estruturais e classistas...*” (p. 206). Deste ponto de vista a opção pelo termo desastre é uma estratégia política, que se deve às consequências negativas que o conceito de risco tem gerado as classes populares. O termo costuma ser acionado como justificativa incontestável para a desterritorialização dos pobres e expulsão de comunidades tradicionais. Sob a égide do discurso de proteção a vida e natureza, escamoteiam-se interesses econômicos, de valorização do espaço urbano (VALENCIO, 2012 apud DUTRA, 2015) e apropriação privada do espaço e dos recursos de uso comum.

Ciente das questões políticas que envolvem este debate terminológico, Dutra (2015) aponta a necessidade de se ressignificar a categoria risco. Dedicar-se então a pensar criticamente o uso do termo. Aponta a hegemonia da abordagem objetivista nos meios técnicos, que define o termo como a probabilidade de ocorrência de um evento de conotação negativa, “*que pode ser controlado e medido de forma precisa*” (p. 178), mantendo-o alheio a visão dos sujeitos, aos interesses políticos e econômicos que perpassam essa designação (LIEBER e ROMANO-LIEBER, 2002 apud DUTRA, 2015).

Dutra (2015) defende que o risco é determinado pelos sujeitos e pelas relações que estruturam a sociedade. Sendo uma construção social, a noção de risco é atravessada por interesses e objetivos que a instrumentalizam. Aponta avanços em direção a essa compreensão, como a incorporação do conceito de vulnerabilidade e de aspectos culturais à noção de risco. A partir desta concepção o risco é definido como a soma entre a ameaça e a vulnerabilidade, a junção desses fatores compõe a probabilidade de ocorrência de um desastre e as proporções do impacto (DUTRA, 2015). Essa definição de risco pode então evidenciar que alguns grupos

estão mais expostos aos riscos socioambientais e tecnológicos, estando as vulnerabilidades ambientais vinculadas a desigualdade social (DUTRA, 2015). A autora justifica seu argumento apontando como exemplo os riscos tecnológicos, nesses casos o interesse hegemônico aproveita-se da incerteza científica para omitir os riscos e garantir a segurança (LIEBER e ROMANO-LIEBER, 2002 apud DUTRA, 2015). Desta perspectiva, apontar a existência do risco é evidenciar as desigualdades sociais, tendo assim, implicações políticas positivas aos grupos vulneráveis.

O referido é evidenciado nas pesquisas empíricas de Swistun (2015), Carman (2015) e Rosa e Rigotto (2013). Em seus trabalhos estas autoras tratam da contaminação dos recursos de uso comum (solo, água e ar) e, por consequência, contaminação da população que vive nas proximidades de complexos industriais. Nesses casos, apontar o risco significou evidenciar as desigualdades sociais e ambientais às quais esses grupos estão expostos. Swistun (2015), Rosa e Rigotto (2013) fazem também apontamentos sobre a postura das empresas poluidoras, identificam que seus representantes costumam negar ou minimizar os riscos das atividades que desenvolvem e, quando a contaminação é inegável, responsabilizam o órgão público pela ausência de fiscalização e atribuem os problemas de saúde ao comportamento descuidado dos pobres.

Outros autores não apresentam essa potencialidade do uso do conceito risco, porém, evidenciam uma compreensão diversa daquela da Sociologia dos Desastres sobre o enfoque nos riscos. Entre estes estão Avila, Marttedi e Silva (2017) que, sob o ponto de vista da gestão pública, apontam mudanças de abordagem nas intervenções no campo dos desastres. Ressaltam a substituição, em 1990, do conceito de Gestão de Desastres (GD) para Gestão do Risco de Desastres (GRD):

A Organização das Nações Unidas (ONU), objetivando reduzir o impacto dos desastres no mundo, designou, em 1990, a Década Internacional para Redução de Desastres (International Decade for Natural Disaster Reduction — IDNDR). A partir de lá, foram realizadas três conferências mundiais (UNISDR, 2015), as de Yokohama (1994), de Hyogo (2005) e de Sendai (2015). Esta última mudou o marco referencial adotado até então de gestão dos desastres (GD) para gestão do risco de desastres (GRD) (AVILA, MARTELLI, SILVA, 2017).

Os referidos autores compreendem essa mudança como uma transferência do foco na fase pós-impacto (preparação e gestão dos desastres) para a fase pré-impacto (prevenção e mitigação do risco de desastres). Consideram essa alteração - dos desastres para os riscos - como algo

positivo, que indica uma postura preventiva nas estratégias de ação do poder público (AVILA, MARTELLI, SILVA, 2017).

Santos (2012) também identifica o enfoque no risco como uma postura preventiva, de mitigação e preparação para o advento do desastre. A autora faz apontamentos sobre a gestão de risco em oposição a gestão da crise, o primeiro conceito articularia o tripé proteção, previsão e prevenção, e o último envolve ações emergenciais após a ocorrência dos impactos.

As posições apresentadas - tanto dos autores quanto dos organismos internacionais - demonstram as alterações que a compreensão e a abordagem dos desastres sofreu ao longo dos tempos, essas se expressam nos termos utilizados: gestão de risco, gestão de desastres e gestão do risco de desastres. Porém, como pode-se perceber, não é possível afirmar que esse é um processo linear, pois atualmente não se usa apenas um termo e os demais não foram superados. O texto de Quarantelli (2015) é o mais antigo (publicado originalmente em 2005), mas os demais citados foram publicados em períodos muito próximos e, mesmo nestes, constam concepções diferentes sobre os mesmos termos.

Apesar de utilizarem termos diversos, os referidos autores apresentam a mesma discussão, a necessidade de inserir o contexto social nas análises sobre os desastres. E concordam que a produção teórica e a intervenção no âmbito dos desastres devem focar as vulnerabilidades, de modo a incentivar ações preventivas para mitigar ou reduzir seus impactos.

As divergências se vinculam então aos diferentes enfoques propostos pelos autores. As publicações voltadas a realizar apontamentos sobre a gestão compreendem o enfoque no risco como uma postura preventiva. E os autores que se dedicam a refletir sobre o desastre como campo de conhecimentos - mesmo que com discordâncias conceituais - se dispõem a pensar a efetividade dos termos em evocar os aspectos mais determinantes das situações de emergência e o reflexo de seu uso sobre as populações afetadas.

2.3 VULNERABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

O conceito de vulnerabilidade socioambiental sofreu significativas alterações ao longo dos tempos. Inicialmente foi entendido como uma vulnerabilidade inerente a sociedade frente aos processos naturais. Até chegar ao entendimento mais recente, de que a exposição aos riscos socioambientais e tecnológicos obedece a padrões de desigualdade e segregação social presentes na sociedade (ANDERSON, 1995 apud QUARANTELLI, 2015), ou seja, as populações menos dotadas de recursos financeiros, políticos e informacionais são também as mais vulneráveis ambientalmente (GONÇALVES; VARGAS, 2015). A vulnerabilidade socioambiental é então socialmente produzida e desigualmente distribuída na sociedade. A

partir dessa compreensão, os seres humanos passam a ser responsáveis por essa exposição desigual (QUARANTELLI, 2015), que para Gonçalves e Vargas (2015) é uma expressão da questão social.

O referido é ponto consensual nos artigos da pesquisa, todavia, há discordâncias no que se refere as intervenções mais adequadas ao combate da vulnerabilidade.

Para Henri Acserald (2013) a vulnerabilização é um processo e a vulnerabilidade é uma relação, sua produção social decorre das práticas político-institucionais que limitam ou impedem o acesso dos indivíduos as condições de proteger-se contra os agravos. Tal entendimento direciona a responsabilidade ao Estado, gerando uma intervenção voltada a criação e fortalecimento de políticas públicas.

Entretanto, há interpretações que desconsideram os aspectos processuais e relacionais da produção social da vulnerabilidade. Deste modo, a vulnerabilidade ambiental passa a ser vista como uma ausência de capacidade dos indivíduos para protegerem-se, a intervenção volta-se ao âmbito individual na tentativa de fortalecer tais capacidades (ACSERALD, 2013). Para Acserald (2013) uma intervenção com este foco age na expressão da vulnerabilização, o indivíduo vulnerabilizado, e não na causa, a relação histórica de privações estabelecidas entre os diferentes segmentos sociais.

Dos artigos que compõem esta pesquisa, um exemplo do referido é encontrado no trabalho de Alchorne, Guarani e Teixeira (2015). Apesar de concordarem com a produção social da vulnerabilidade, as autoras defendem uma intervenção voltada aos vulneráveis. Ainda que apontem a falta de políticas habitacionais e sociais como elementos determinantes dos desastres, a ação proposta é um processo de educação dos moradores de áreas de risco, para que aprendam a conviver com essas situações através da percepção do risco e confiança no saber perito. As próprias autoras pontuam que a ausência de confiança no saber perito provém do nível de insegurança nas relações sociais e institucionais. Entretanto, não defendem a alteração dessas práticas e sim uma abordagem educacional, com vistas a docilização dessa população, como se o ato de desconsiderar o saber perito decorre-se meramente da ignorância desses grupos sociais.

Os artigos que proporcionam a esses grupos vocalizarem seus pontos de vista demonstram que essa desconfiança possui fundamento. A seguir serão apresentadas as situações comumente vivenciadas pelos moradores de áreas de risco, quando alvos desse saber perito e de intervenções estatais.

A vivência dessas populações é marcada pela ausência do poder público, a própria ocupação de áreas inadequadas a habitação representa a incapacidade do Estado em garantir

acesso a moradia (CARDOSO, 2003 apud VARGAS, 2009), essas localidades também carecem de equipamentos e serviços públicos para suprir necessidades básicas. Nas situações de desastre, esse Estado ausente adentra as áreas de risco e a única política implementada costuma ser as remoções, os demais direitos continuam sem ser acessados (PINHEIRO, 2015).

A forma autoritária como as remoções são conduzidas, contribui para a recorrente violação de direitos desses grupos. O acesso a informação e a possibilidade de participação não costuma ocorrer. Há processos de coação para que os moradores aceitem a oferta indenizatória, por vezes com valores defasados. Os curtos prazos para desocuparem as residências dificultam a criação de mobilizações para resistir, ou seja, tudo é realizado às pressas para viabilizar processos de higienização das áreas valorizadas da cidade, livrando-se assim do problema paisagístico que a pobreza representa.

O processo posterior à interdição ou destruição da residência é a entrada nos abrigos das prefeituras. Esses geralmente são espaços improvisados em escolas, sem privacidade e com rígidas regras e horários fixos para a realização de atividades rotineiras. Sendo assim espaços bastante diversos ao ambiente doméstico que tentam emular. A morosidade da construção de novas moradias, faz com que esses espaços provisórios se tornem permanentes estendendo-se durante anos (SANTOS, 2012), os sujeitos que cansam de esperar acabam por ocupar novamente áreas de risco, integrando assim, o chamado ciclo do desastre: desastres-dano-reparação-desastres, que tende a se repetir com as sucessivas ações parciais que não solucionam as problemáticas habitacionais.

Para esses sujeitos, perder a casa implica a perda da proteção que o espaço privado representa, deixando os expostos ao mundo público (VALENCIO; VALENCIO, 2010) e aos julgamentos que essa exposição acarreta. Deixam de ser cidadãos e passam a ser visto como “dependentes do Estado” (SANTOS, 2012), tais contextos dão seguimento as violações de direitos enfrentadas por esses grupos ao longo de suas vidas.

A partir desses apontamentos, busca-se evidenciar a existência de uma seleção dos riscos a partir de critérios sociais e não tecnológicos (DOUGLAS, WILDAVSKY, 2012 apud DUTRA, 2015). Ou seja, o ato de permanecer em local de risco não decorre meramente da falta de conhecimentos técnicos, mas sim da seleção dos riscos a serem enfrentados. Tal seleção opera quando uma família opta por permanecer na residência mesmo que haja risco de desabamento, ou quando uma comunidade aceita a instalação de complexos industriais poluidores em sua proximidade, na expectativa de se beneficiar com a criação de empregos e com o aquecimento da economia local. Essa seleção embasa-se na necessidade premente de

sobrevivência, que faz com que o risco social seja mais temido do que o risco físico, pois, por vezes, este último é visto como uma possibilidade muito remota.

Ressalva-se que os apontamentos realizados não visam desconsiderar a importância do saber perito. Com essa explanação, buscou-se demonstrar que há outras implicações no ato de desobedecer esse saber, sobretudo, a relutância em deixar seu lugar no mundo, expor-se a situações vexatórias e a incertas.

Com essa explanação, buscou-se demonstrar que há outras implicações no ato de desobedecer esse saber, sobretudo, a relutância a expor-se a situações vexatórias e incertas.

2.4 POTENCIALIDADE DAS SITUAÇÕES DE DESASTRE

As situações de desastre revelam a exposição desigual aos riscos socioambientais e tecnológicos, pois alguns permanecem seguros enquanto outros são recorrentemente afetados. Expõem então, os diferentes processos de territorialização e segregação espacial (VALENCIO, 2009), ou seja, elementos que vinculam a vulnerabilidade ambiental as desigualdades sociais. Deste modo, a maioria dos autores aponta o potencial do desastre em desnaturalizar e, possivelmente, romper com a tolerância aos processos geradores de vulnerabilidades socioambientais. Sendo assim, um momento propício ao fomento de discussões e mobilizações que os coloquem em questão (PORTO; PORTO, 2015).

No referencial teórico que trata essas situações como conflitos socioambientais, a potencialidade mobilizadora e de resistência também é referida. No caso dos riscos/desastres tecnológicos, quando os grupos afetados constroem socialmente o problema, a convivência entre os diferentes modos de apropriação do espaço torna-se insustentável (ASCERALD, 2015), surge assim o conflito, expressão da reivindicação desses grupos por sua existência (ROSA RIGOTTO, 2013). A contestação da distribuição discriminatória de práticas danosas, transforma as injustiças ambientais em conflitos, que possuem potencialidade para romper com a produção das vulnerabilidades (ASCERALD, 2013).

Na década de 1980, essa distribuição foi contestada e fez surgir movimentos por justiça ambiental nos EUA. Ao dar visibilidade a relação entre degradação ambiental, questão racial e injustiça social o movimento passou a pressionar o poder público para criar mecanismos que impedissem a reprodução dessas práticas (ACSELRAD, 2009 apud GONÇALVES, VARGAS, 2015).

Os artigos que realizam pesquisas empíricas costumam evidenciar tal potencialidade ao registrarem processos de mobilização e resistência das populações afetadas. Cunha, Pinheiro e Calazans (2015) dedicam seu artigo a análise da conformação do movimento *Juntos pelo*

Complexo do Alemão. Criado por moradores do conjunto de favelas Complexo do Alemão para atender as demandas emergenciais, geradas pela enxurrada que causou deslizamentos e desabamentos nos morros da cidade do Rio de Janeiro, e pressionar a ação do poder público.

Movimentos de moradores contrários a remoção de suas residências, ou contrários a forma como as remoções foram conduzidas, são descritos por Gonçalves (2013), Pinheiro (2015) e Carman (2015). Dois dos casos descritos ocorreram no Estado do Rio de Janeiro, um na capital e outro em Petrópolis/RJ, em ambas as situações as prefeituras fizeram uso da justificativa de proteção à vida e a natureza, no entanto, os autores apontam a existência de interesses políticos e econômicos entre as motivações dessas remoções, como a melhora paisagística da região e obras com finalidade turística. A situação descrita por Carman (2015) ocorreu em Buenos Aires/ARG, as casas a serem removidas localizavam-se nas margens do rio Matanza y Riachuelo, cujas águas estavam poluídas, as mobilizações dos moradores visavam, primordialmente, conquistar a participação nos processos decisórios e a fiscalizar a construção das novas residências.

Santos (2012) e Viana e Valencio (2015), apenas citam os movimentos criados pelos afetados por desastres. Em ambos os casos o excesso de precipitações foi o fenômeno disruptivo. Em Blumenau/SC a ocorrência foi no ano de 2008 e levou a criação do *Movimento dos Atingidos pelo Desastre (MAD)* que passou a lutar contra as violações de direitos promovidas pelo órgão público. Em Teresópolis/RJ, foi criada a *Associação das Vítimas das Chuvas do Dia 12 de janeiro em Teresópolis (AVIT)*.

Rosa e Rigotto (2013) apontam a mobilização dos moradores de uma cidade na região Metropolitana de Fortaleza/CE contra uma fábrica de agrotóxicos. Desde 1992, lutam pelo direito a um ambiente saudável, livre da poluição atmosférica.

Um contraponto, a essa potencialidade das situações de risco e desastres, é apresentado por Swistun (2015). Ao realizar um trabalho etnográfico na cidade de Dock Sud/ARG, na qual localiza-se um polo petroquímico, a autora depara-se com discursos de moradores perpassados por incertezas, erros e contradições quanto a vinculação da contaminação ambiental ao polo. Afirma que não houve mobilização por parte desses sujeitos, permaneceram à espera de uma decisão das autoridades públicas. No referido caso, os moradores não conseguiram construir socialmente o problema, ou seja, criar um consenso sobre sua existência, sendo assim, não havia contra o que se mobilizarem.

Swistun (2015) crítica os estudiosos do campo dos desastres, afirma haver um enfoque dos autores em casos de sucesso, ou seja, aqueles em que a comunidade se organiza e conquista suas reivindicações. Aponta que, deste modo, casos como o que descreveu não são

evidenciados, e que a literatura sobre a injustiça ambiental é de pouca ajuda explicativa quando não há consenso sobre a existência do problema. O referido pode indicar que a literatura esteja induzindo a uma apreensão errônea da realidade.

Nesta seção, através dos exemplos apresentados, buscou-se demonstrar que, apesar das divergências conceituais e interventivas, há uma linha geral que vincula as publicações. Qual seja, todas alinham-se ao paradigma da vulnerabilidade interna, portanto, concebem os desastres como fenômenos sociais originados na estrutura das sociedades, sendo assim, apontam a necessidade de inserir o contexto social nas análises sobre os desastres. Referem que o enfrentamento dos agravos advindos de desastres deve incidir sobre as vulnerabilidades, que, por sua vez, são concebidas como uma produção social desigualmente distribuída na sociedade. Deste modo, parte considerável da bibliografia refere que o desastre escancara desigualdades social presentes na sociedade, sendo um momento propício ao fomento de discussões que as coloquem em questão.

Na próxima seção caracteriza-se os desastres abordados nas publicações, com isto visa-se relacionar alguns dos debates presentes nesta seção às produções que efetivamente descrevem situações de desastres, deste modo pode-se verificar como algumas discussões se expressam no campo interventivo.

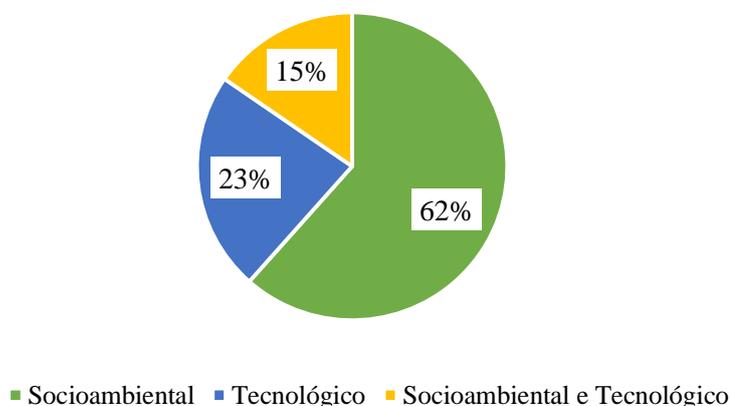
3 CARACTERIZAÇÃO DOS DESASTRES ABORDADOS NAS PUBLICAÇÕES

A tipificação constante nesta seção, restringe-se as publicações que abordam situações desencadeadas por desastres, excluindo aquelas que discorrem sobre o tema de modo mais abstrato e genérico. Deste modo, as análises realizadas referem-se a 35% do total de produções, que serão apresentadas ao longo desta seção conforme sua pertinência aos dados apontados e as análises realizadas.

No processo de caracterização dos desastres foi sendo delineado um perfil recorrentemente abordado pelas produções. Conforme os elementos que compõem esse perfil foram aparecendo, buscou-se relacioná-los aos debates apresentados na seção anterior e compreendê-los dentro do contexto mais amplo da sociedade brasileira.

Para discriminar os eventos abordados, manteve-se a distinção adotada neste trabalho, entre desastres socioambientais e tecnológicos (SEÇÃO 2), os dados obtidos estão dispostos no gráfico 1.

Gráfico 1 – Origem dos desastres abordados nas publicações



Fonte: Elaborado pela autora

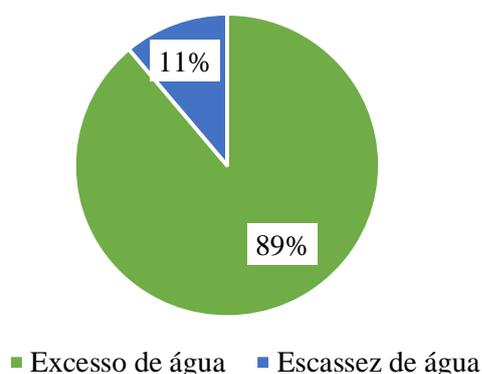
As situações de desastre que agregam explicitamente elementos dos dois conceitos equivalem a 15% do total. As publicações que correspondem a esse percentual tiveram por objeto de estudo uma mesma situação de emergência, a enxurrada que acometeu a cidade do Rio de Janeiro em 2011. O volume intenso de chuvas em um curto período de tempo agregou-se às obras mau-planejadas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC favelas) e culminou em deslizamentos e desabamentos nas favelas do Rio de Janeiro. Cunha et al. (2015) denominam essa convergência de fatores como *desastres planejados*, tendo em vista que os

determinantes do referido evento (problemas de infraestrutura, drenagem pluvial e saneamento básico) eram de conhecimento do poder público, portanto, interpretaram a realização de obras que agravaram tais problemas como um planejamento do desastre.

Os desastres tecnológicos constam em 23% das publicações, todos os casos descritos são desdobramentos da contaminação industrial, dois ocorreram na Argentina e um no Brasil. Em comparação aos fenômenos socioambientais, os tecnológicos aparecem em uma porcentagem bastante reduzida. Este dado pode ser explicado com base nas discussões constantes na seção 2, ou seja, os processos de longa duração por vezes não são identificados como desastres, geralmente são denominados como riscos ou conflitos. As publicações que compõem esta pesquisa comprovam o referido, pois do total de artigos que enfocam eventos que aqui seriam denominados como desastres tecnológicos, apenas um faz uso do termo desastre. Porto e Porto (2015) também evidenciaram tal questão, ao realizarem uma pesquisa no *Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil*¹⁰ constatam que os reflexos da contaminação industrial não costumam ser denominados como desastres.

A maioria das pesquisas, ou seja, 62% debruçam-se sobre os desastres socioambientais. No gráfico 2 esses eventos são discriminados a partir de seu fenômeno deflagrador.

Gráfico 2 - Fenômeno deflagrador dos desastres socioambientais abordados nas publicações



Fonte: Elaborado pela autora

Como pode-se verificar, todos os fenômenos desencadeadores de desastres socioambientais vinculam-se ao excesso ou escassez de precipitações. Com expressivo

¹⁰ Projeto desenvolvido conjuntamente pela Fiocruz e pela ONG Fase, com o apoio do Ministério da Saúde. Tem por objetivo realizar um mapeamento de conflitos ambientais no país, com foco na visão das populações atingidas, suas demandas, estratégias de resistência e propostas de encaminhamento (PORTO; PORTO, 2015).

predomínio de fenômenos vinculados ao excesso de água como as enxurradas, as inundações, os alagamentos e os movimentos de massa, que juntos representam 89% do total.

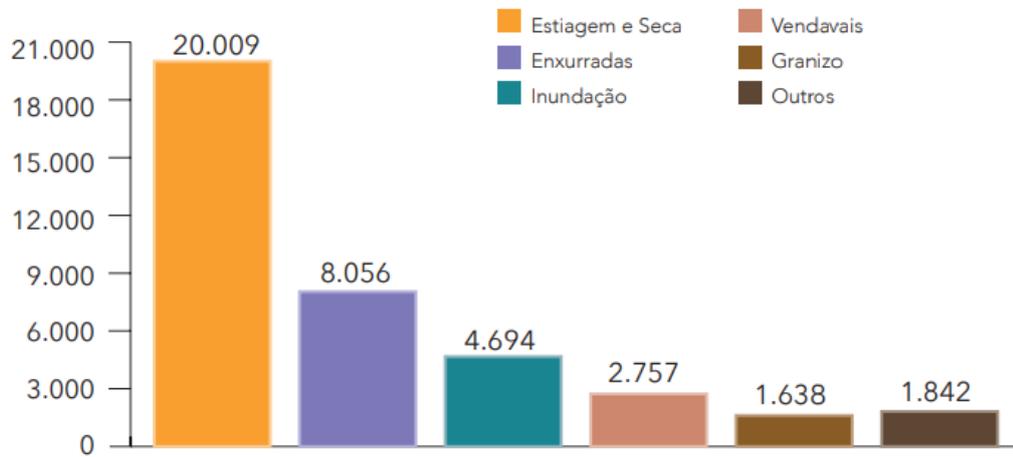
As produções enfocadas em eventos decorrentes do aumento de precipitações costumam dedicar-se a realizar críticas ao poder público, referem que, como os eventos pluviométricos possuem uma periodicidade relativamente previsível, são passíveis de ações preventivas ou mitigatórias, mas que, no entanto, não têm recebido respostas satisfatórias das autoridades competentes. Gonçalves (2013) aponta esse descaso ao referir-se à cidade do Rio de Janeiro:

Embora as chuvas atinjam a cidade de maneira cíclica, toda nova enxurrada é divulgada como uma quebra da normalidade para justificar a incapacidade dos poderes públicos de gerenciar os riscos, enquanto que os favelados, por sua vez, são acusados de conhecer os riscos dos locais onde vivem (GONÇALVEZ, 2013, p.187-188).

Perspectivas similares, sobre o descaso do poder público, são apontadas por Santos (2012), Cunha, Porto e Pivetta (2015), Cunha, Pinheiro, Calazans (2015), Quintero (2015) e Porto e Porto (2015). Uma prática apontada como recorrente entre as autoridades públicas, é o uso do discurso de naturalização dos desastres na tentativa de despolitizar o debate sobre as questões conjunturais que geram tais fenômenos, dito de outro modo, na tentativa de desviar o foco do modelo de desenvolvimento econômico que gera os desastres. A má-gestão do poder público, principalmente das instancias municipais, é recorrentemente apontada como um fenômeno agravante e, por vezes, gerador de desastres.

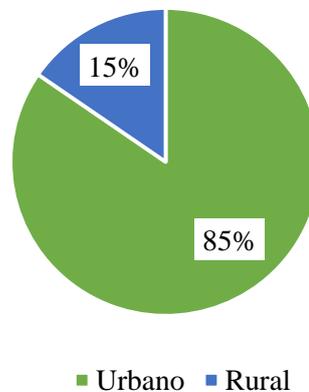
Os fenômenos vinculados a escassez de água têm pouca expressividade na pesquisa, o percentual de 11% equivale apenas a descrição de Sousa (1985), escrita a aproximadamente 30 anos atrás. Este dado não reflete o cenário brasileiro, tendo em vista que a estiagem e a seca¹¹ são os desastres socioambientais de maior incidência no Brasil, representam 51,3% do total de desastres registrados no período de 1991 a 2012 (BRASIL, 2013 apud UFSC, 2013a), como pode-se ver no gráfico 3.

¹¹ Estiagens são períodos prolongados de baixa ou ausente pluviosidade, “*em que a perda de umidade do solo é superior à sua reposição*”. Estiagens prolongadas que provoquem um grave desequilíbrio hidrológico são consideradas como secas (BRASIL, 2012b).

Gráfico 3 - Registros de desastres socioambientais mais recorrentes no Brasil de 1991 a 2012

Fonte: BRASIL (2013, apud UFSC, 2013a)

A reduzida expressividade desse fenômeno nos artigos analisados pode relacionar-se às discussões conceituais apresentadas na seção 2 sobre a desconsideração da seca como um desastre, por ser fenômeno difuso e de processo lento. No entanto, outra possível explicação para esta questão diz respeito ao foco geográfico das pesquisas e a área de incidência dos desastres. Fenômenos como a seca, que no contexto brasileiro geralmente são associados a prejuízos agrícolas em regiões rurais, podem estar subrepresentados nos trabalhos, dado que 85% dos desastres enfocados nestes ocorreram no ambiente urbano (GRÁFICO 4). Este dado também explica o enfoque significativo em desastres decorrentes do aumento de precipitações, geralmente resultantes de processos desordenados de urbanização, e vinculados a diminuição da permeabilidade do solo, a alta densidade demográfica, aos déficits habitacionais e entre outros fatores que aliados a fenômenos naturais podem desencadear desastres (UFSC, 2013a).

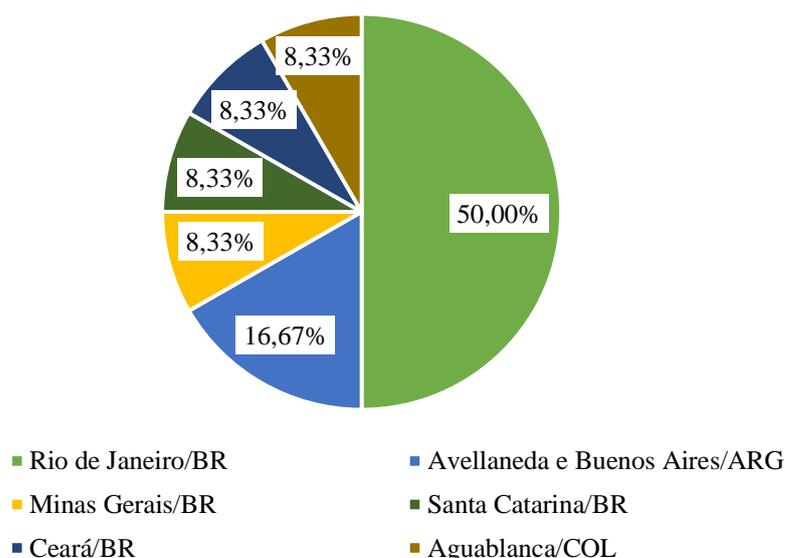
Gráfico 4 - Discriminação dos desastres abordados entre urbanos e rurais

Fonte: Elaborado pela autora

Esse dado reflete a distribuição espacial da população brasileira, que se localiza predominantemente em espaços urbano de alta densidade demográfica. A grande maioria da população, 84,3%, concentra-se no ambiente urbano (IBGE, 2010 apud UFSC, 2013a), mais especificamente nos 200km de faixa litorânea (IBGE, 2014). Um desastre que impacte essas cidades muito populosas gera mais danos humanos e materiais, tendo, por consequência, mais destaque midiático e atenção dos pesquisadores. Essas características demográficas do país também geram concentração de recursos humanos, equipamentos e serviços públicos no espaço urbano, deste modo, concentra a maioria das universidades públicas e dos pesquisadores brasileiros, provocando uma negligência do espaço rural em pesquisas e outros aspectos.

Outro dado, que as publicações examinadas apresentam, é a ênfase em desastres ocorridos na região Sudeste do Brasil, mais especificamente no Estado do Rio de Janeiro. No gráfico 5 os demais Estados e países enfocados são apresentados.

Gráfico 5 - Estado/país de incidência dos desastres abordados



Fonte: Elaborado pela autora

Aproximadamente 58,33% das situações de desastre abordadas ocorreram na região Sudeste, sendo 50% no Estado do Rio de Janeiro e apenas 8,33% no Estado de Minas Gerais. No Rio de Janeiro, os locais de ocorrência foram os municípios de Petrópolis e Teresópolis¹² e as favelas da capital. Destaca-se que 25% dos artigos abordam desastres ocorridos na Colômbia

¹² Esses municípios figuram entre os 15 mais afetados por desastres socioambientais do Estado do Rio de Janeiro (UFSC, 2013c).

e na Argentina. A região Sul e Nordeste representam um percentual reduzido, cada uma com 8,33%.

Buscou-se então compreender tal enfoque, para tanto, utilizou-se dados constantes no *Atlas brasileiro de desastres naturais de 1991 a 2012*, elaborado pelo Centro de pesquisas e estudos em engenharia e defesa civil (CEPED) da UFSC. Foram verificados dados sobre a distribuição dos desastres socioambientais¹³ no Brasil, sobre os registros de ocorrências entre as regiões e os registros de danos humanos entre os Estados. O resultado dessas análises é apresentado na subseção 3.1.

3.1 DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS NO BRASIL

Devido às limitações deste trabalho, as análises que seguem restringem-se aos desastres socioambientais enfocados no material bibliográfico que compõe esta pesquisa, que são: alagamentos¹⁴, enxurradas¹⁵, inundações,¹⁶ movimentos de massas¹⁷, estiagens e secas. Todos esses fenômenos possuem origem atmosférica e estão entre os desastres socioambientais de maior incidência no Brasil (UFSC, 2013a). No quadro 2 as porcentagens demonstram que as regiões Nordeste, Sudeste e Sul são as mais acometidas pelos referidos fenômenos, deste modo conclui-se que, neste quesito, a pesquisa reflete o cenário brasileiro, pois ambas regiões estão em alguma medida contempladas na pesquisa.

¹³ Utilizou-se apenas dados sobre desastres socioambientais pois não foram encontradas pesquisas sobre os desastres tecnológicos no Brasil que fossem tão abrangentes e confiáveis quanto o Atlas brasileiro de desastres naturais de 1991 a 2012.

¹⁴ “Extrapolação da capacidade de escoamento de sistemas de drenagem urbana e consequente acúmulo de água em ruas, calçadas ou outras infraestruturas urbanas, em decorrência de precipitações intensas” (BRASIL, 2012b, p.02).

¹⁵ “Escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas [...] Caracterizada pela elevação súbita das vazões de determinada drenagem e transbordamento brusco da calha fluvial” (BRASIL, 2012b, p.02).

¹⁶ “Submersão de áreas fora dos limites normais de um curso de água em zonas que normalmente não se encontram submersas. O transbordamento ocorre de modo gradual, geralmente ocasionado por chuvas prolongadas em áreas de planície” (BRASIL, 2012b, p.02).

¹⁷ Os movimentos de massa (solo ou rochas) mais recorrentes no Brasil são os deslizamentos e as corridas, seu fenômeno deflagrador geralmente são as chuvas (RIFFEL; GUASSELLI; BRESSANI, 2016). Deslizamentos “são movimentos rápidos de solo ou rocha, apresentando superfície de ruptura bem definida, de duração relativamente curta, de massas de terreno geralmente bem definidas quanto ao seu volume [...]” (BRASIL, 2012b, p.02). Já nas corridas, o solo ou rocha mistura-se a água, tendo comportamento líquido viscoso, com “extenso raio de ação e alto poder destrutivo” (BRASIL, 2012b, p.02).

Quadro 2 - Desastres vinculados a escassez ou excesso de precipitações por regiões do Brasil de 1991 a 2012

REGIÃO	Alagamento	Enxurradas	Inundações	Movimentos de massas	Estiagens e secas
Norte	3%	4%	13%	1%	1,08%
Nordeste	22%	22%	25%	5,40%	56,68%
Centro-oeste	2%	5%	6%	0,10%	0,94%
Sudeste	43%	30%	34%	79,80%	13,39%
Sul	29%	39%	22%	13,60%	26,91%

Fonte: Brasil (2013, apud UFSC, 2013a)

Os desastres vinculados ao aumento de precipitações têm maior incidência sobre a região Sudeste, com destaque para os movimentos de massas cuja ocorrência é 66,2% maior do que na região Sul, segunda mais afetada do país. A região Sul é a segunda mais afetada por fenômenos vinculados ao excesso de água, com destaque para as enxurradas - que possuem maior incidência sobre a região -, sendo também a segunda mais afetada pela estiagem e secas. A região Nordeste, conhecida como uma região castigada pela escassez de água, é a mais afetada pelos fenômenos da estiagem e seca, entretanto, possui percentuais consideráveis de inundações, enxurradas e alagamentos.

Há então uma semelhança entre os fenômenos que atingem as regiões Sul e Sudeste, sendo geralmente mais acometidas por desastres vinculados ao excesso de chuvas. Deste modo, optou-se por restringir a comparação da variável *registro de ocorrências de desastre* entre as referidas regiões.

A contagem dos registros de ocorrências de desastres socioambientais inclui todos os fenômenos de origem atmosférica recorrentes no Brasil, ou seja, inclui dados sobre estiagens e secas, enxurradas, inundações, alagamentos, vendavais¹⁸, granizos¹⁹, incêndios florestais²⁰, tornados²¹, movimentos de massa e geadas²². Na região Sul o total de registro dos referidos fenômenos é 61% maior do que os registros da região Sudeste. No quadro 3, os registros estão distribuídos em números absolutos entre as regiões e seus respectivos Estados.

¹⁸ “Forte deslocamento de uma massa de ar em uma região” (BRASIL, 2012b, p.03).

¹⁹ “Precipitação de pedaços irregulares de gelo” (BRASIL, 2012b, p.03).

²⁰ “Propagação de fogo sem controle, em qualquer tipo de vegetação” situada em áreas protegida legalmente ou não (BRASIL, 2012b, p.03).

²¹ “Coluna de ar que gira de forma violenta e muito perigosa, estando em contato com a terra e a base de uma nuvem de grande desenvolvimento vertical” (BRASIL, 2012b, p.03).

²² “Formação de uma camada de cristais de gelo na superfície ou na folhagem exposta” (BRASIL, 2012b, p.04).

Quadro 3 - Registro de ocorrências de desastre socioambiental nas regiões Sudeste e Sul do Brasil e de seus respectivos Estados de 1991 a 2012

ESTADO	OCORRÊNCIAS
SUDESTE	8.168
ES	928
MG	5.086
RJ	727
SP	1.427
SUL	13.255
PR	2.465
RS	5.789
SC	5.001

Fonte: BRASIL (2013, apud UFSC, 2013a)

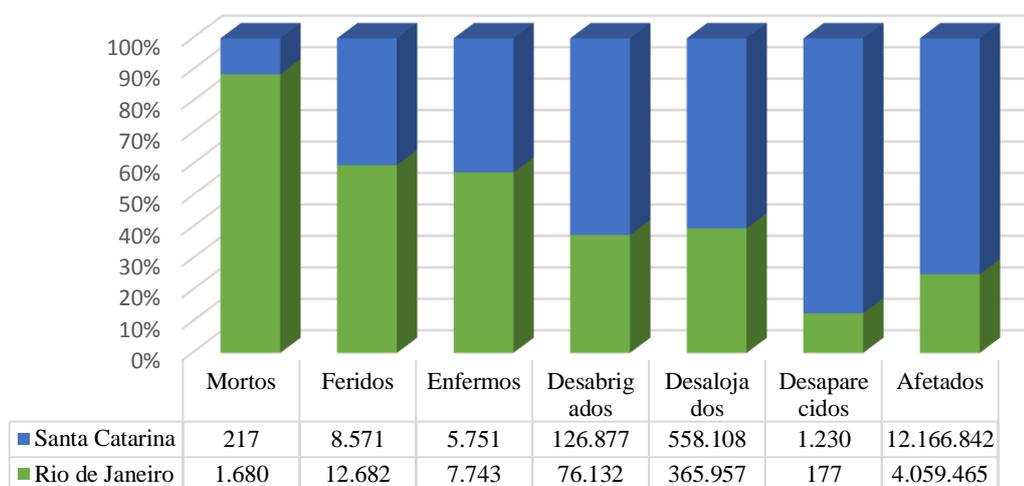
Sobre a distribuição de registros de desastres entre os Estados da região Sudeste, aponta-se que o Rio de Janeiro possui a menor taxa de incidência, sendo Minas Gerais o Estado mais afetado com 62% de todos os registros da região. Se comparados os referidos Estados, identificam-se que os registros de Minas Gerais equivalem a aproximadamente 6 vezes dos registros do Rio de Janeiro.

Na região Sul não há tantas discrepâncias, apesar de haver uma considerável diferença entre a terceira (PR) e a segunda (SC) maior incidência, as ocorrências estão mais distribuídas entre os Estados. O Rio Grande do Sul é o Estado mais atingido por desastres das duas regiões, na região sul representa 44% do total de ocorrências registradas, na sequência aparecem os Estados de Santa Catarina com 38% e Paraná com 18%.

Realizou-se então comparações entre os *danos humanos* causados por desastres socioambientais aos Estados do Rio de Janeiro - devido a sua centralidade nas pesquisas - e de Santa Catarina - Estado de origem da autora deste trabalho. A referida comparação não apontou justificativa para o maior enfoque das publicações no Rio de Janeiro. Aponta-se que Santa Catarina, mesmo possuindo uma população que equivale a menos da metade da população do Rio de Janeiro²³ (IBGE, 2010 apud UFSC, 2013bc), possui números absolutos de danos humanos superiores.

²³ O Estado de Santa Catarina possui uma população de 6.249.682 habitantes e uma densidade demográfica de 65,29 hab/km². Já o Estado do Rio de Janeiro possui 15.993.583 habitantes e uma densidade demográfica de 365,23 hab/km² (IBGE, 2010 apud UFSC, 2013bc).

Gráfico 6 – Registro de danos humanos decorrentes de desastres socioambientais, nos Estados de Santa Catarina e do Rio de Janeiro no período de 1991 a 2012



Fonte: Elaborado pela autora com base em Brasil (2013, apud UFSC, 2013bc)

De 1991 a 2012, o número absoluto de afetados em Santa Catarina foi aproximadamente três vezes maior do que o número de afetados no Rio de Janeiro. Sobre a quantidade de desabrigados e desalojados²⁴ o número absoluto de Santa Catarina é 54% maior do que o outro Estado. Sobre o número de mortos e desaparecidos, quando comparadas as populações relativas a cada Estado, aponta-se similaridade entre os valores, Santa Catarina com 1.507 e Rio de Janeiro com 1.857 mortos e desaparecidos.

Ressalta-se que, mesmo não sendo o Estado com maior número de registros de desastres da região Sul, Santa Catarina possui o maior número de danos humanos da região, no que se refere a todas as variáveis constantes no gráfico 6.

A partir deste breve levantamento, evidencia-se que o enfoque no Rio de Janeiro não se vincula a uma maior afetação do Estado no que se refere as variáveis, *registros de ocorrências de desastres* e *danos humanos*. Portanto, não se considera justificável o reduzido enfoque dos trabalhos em Estados frequentemente afetados por desastres, como: Minas Gerais, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. Havendo também desconsideração da região Nordeste, que possui percentuais consideráveis de incidência de desastres vinculados ao excesso e a escassez de água.

²⁴ Ambos os termos se referem ao contingente de pessoas obrigadas a abandonar temporária ou permanentemente sua habitação. Entretanto, o termo desalojados refere-se aos que possuem meios próprios para manter-se abrigados, como coabitar a residência de parentes, amigos e etc. O contingente de desabrigados refere-se aos que não possuem outros meios de se abrigar necessitando permanecer em abrigos, geralmente da prefeitura.

Esse foco parece dever-se a um maior engajamento dos acadêmicos e profissionais da região Sudeste e do Rio de Janeiro com a temática dos desastres. Essa afirmação tem em vista que das quatro revistas de Serviço Social com maior quantidade de publicações sobre o tema, três vinculam-se a universidades da região Sudeste e, destas, duas vinculam-se a universidades do Rio de Janeiro: *O social em Questão* e *Em pauta*. Essa relevância do tema também se expressa na categoria profissional do Serviço Social, a 7ª Região (Estado do Rio de Janeiro) do Conselho Regional de Serviço Social (CRESS) possui a única comissão do país voltada a temática dos desastres (AVILLA, MARTTEDI, SILVA, 2017).

Deste modo, aponta-se a baixa expressividade do tema nas revistas de Serviço Social e nos CRESS das demais regiões do país. Em especial as regiões Nordeste e Sul, que possuem as maiores quantidades de *registros de ocorrências e danos humanos* do país, conforme o quadro 4 abaixo:

Quadro 4 - Registro de ocorrências de desastres socioambiental e danos humanos nas regiões do Brasil de 1991 a 2012

REGIÃO BRASILEIRA	TOTAL DE REGISTROS	DANOS HUMANOS
Nordeste	15.210	55963164
Sul	13.255	28.784.792
Sudeste	8.168	28.142.663
Centro-Oeste	1.008	5.194.590
Norte	1.355	8.841.447
TOTAL	38.996	126.926.656

Fonte: Brasil (2013, apud UFSC, 2013a)

A região Sudeste também possui um número considerável de *registro de ocorrência* e de *danos humanos*, entretanto, aponta-se que isso se deve em grande medida aos Estados de Minas Gerais e São Paulo, também negligenciados nas publicações e nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) no que se refere ao tema do desastre.

Nesta seção, constatou-se haver um perfil de desastre recorrentemente abordado nas publicações, qual seja, possuem origem socioambiental, são fenômenos vinculados ao excesso de água, incidem sobre espaços urbanos, majoritariamente no Estado do Rio de Janeiro. Identificou-se que os problemas crônicos de longa duração pouco apareceram entre as situações de desastre abordadas, como a contaminação/poluição e a seca. Apontou-se que os autores têm focado seus trabalhos na realização de denúncias quanto ao descaso do poder público e isso pode explicar o foco em desastres vinculado a processos desordenados de urbanização. Identificou-se também que algumas questões se devem ao contexto mais amplo da sociedade

brasileira e a um maior engajamento de acadêmicos e profissionais de algumas localidades com a temática dos desastres.

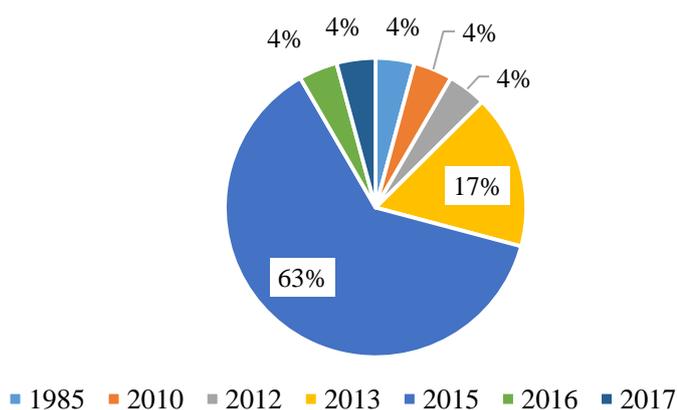
Após, a próxima seção contém o mapeamento das produções, com análises sobre o conjunto das publicações e sobre as produções específicas de autores vinculados ao Serviço Social.

4 MAPEAMENTO DAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE DESASTRES

Nesta seção apresenta-se o mapeamento das produções sobre desastres, publicadas nas principais revistas de Serviço Social brasileiras. Constam informações sobre o ano de publicação, sobre os autores das produções, a metodologia adotada, o ponto de vista sobre o qual os autores abordam os desastres e, por fim, são realizados alguns apontamentos sobre o campo interventivo do Serviço Social nas situações de desastre. Além de análises sobre o conjunto do material bibliográfico, são realizadas análises específicas sobre a produção do Serviço Social, permitindo assim, a realização de comparações entre o total de publicações e esse grupo em particular. Ao longo da seção, as produções são apresentadas conforme sua pertinência aos dados apontados e as análises realizadas. Feitas essas considerações adentra-se o conteúdo do capítulo.

Do total de publicações que compõem esta pesquisa, 63% concentram-se no ano de 2015, essa predominância se deve ao lançamento do editorial *Desastres e Justiça Ambiental* da revista *O Social em Questão*, pois a maioria dos artigos publicados em 2015 constam no referido editorial. O segundo ano com maior quantidade é 2013, que corresponde a 17% do total. O restante, dos 5 artigos, está distribuído igualmente entre os anos de 1985, 2010, 2012, 2016 e 2017, cada ano representa 4% do total (GRÁFICO 7).

Gráfico 7 - Ano de publicação do material bibliográfico



Fonte: Elaborado pela autora

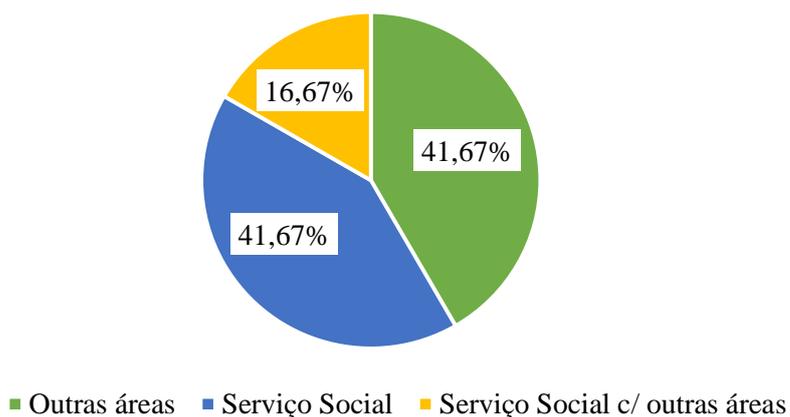
As publicações concentram-se nos últimos 8 anos. A única exceção é a descrição publicada em 1985 por Maria Luiza de Souza, intitulada “*A seca e a sua problemática social*”. Neste trabalho, a autora se dedica a criticar o uso da seca como justificativa para a pobreza da região Nordeste do Brasil. Refere sê-la apenas um agravante de problemas decorrentes da estrutura agrária do semiárido e da progressiva proletarização camponesa.

Obviamente, o conteúdo desta produção não está sob o mesmo referencial teórico dos demais, o fenômeno da seca não é sequer referido como um desastre. No entanto, duas questões motivaram sua inserção na pesquisa: primeiro, por realizar críticas recorrentes no conjunto de textos que compõe esta pesquisa, como o uso dos fenômenos naturais para justificar problemas de origem social e a distribuição desigual desses agravos; segundo, essa publicação pode indicar o modo como o Serviço Social se aproximou da temática dos desastres, através da recorrente destinação de agravos às camadas empobrecidas da população. Sendo assim, considerou-se relevante inserir essa produção na pesquisa.

Feitas essas considerações sobre o período de publicação, apresenta-se também dados sobre a formação acadêmica dos autores, descrita por eles nos artigos. Considerou-se essa informação relevante, pois a formação acadêmica indica parâmetros teóricos e políticos que tendem a moldar o ponto de vista sobre o qual os pesquisadores abordam seus objetos de estudo.

Há uma variedade bastante grande de áreas de formação dos autores, entre as quais estão: Antropologia, Direito, Economia, Educação, Enfermagem, Engenharia Ambiental, Gerontologia, Medicina, Saúde Pública, Serviço Social e Sociologia. Como o enfoque deste trabalho se dá sobre o Serviço Social, no gráfico 8 utilizou-se como parâmetro comparativo as publicações específicas deste curso em relação as produções das demais áreas do conhecimento.

Gráfico 8 - Formação acadêmica dos autores do material bibliográfico



Fonte: Elaborado pela autora

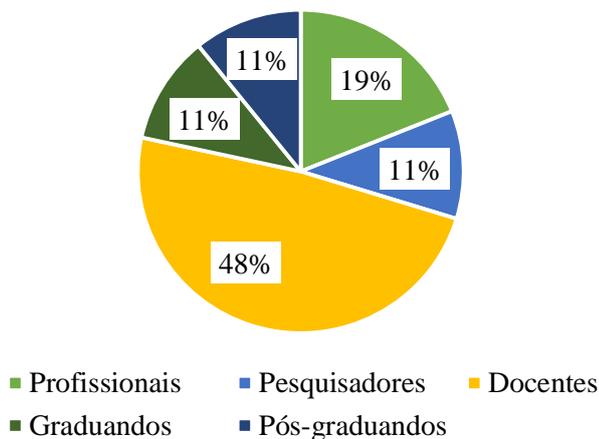
A maioria das publicações, 58,34%, conta com a contribuição de autores do Serviço Social, destes, 41,67% foram produzidos exclusivamente pelo Serviço Social. A análise destes dados requer atenção, aparentemente podem sugerir que a temática dos desastres tem uma expressão significativa no Serviço Social, ou que a profissão possui predomínio nas produções

sobre o tema. Entretanto, é preciso ter em mente que esta pesquisa é composta apenas por revistas de Serviço Social, ou seja, as publicações desta área tendem a predominar. Deste modo, o foco volta-se aos 41,67% de produções oriundas de outras áreas do conhecimento, porcentagem expressiva para um espaço de primazia do Serviço Social. O referido dado, aponta a pouca relevância que a profissão tem atribuído ao tema dos desastres, Avilla, Marttedi e Silva (2017) chegam a esta mesma conclusão:

A pesquisa realizada comprova que a discussão teórica e a produção científica acadêmica sobre desastres ainda é incipiente no Serviço Social. Embora a profissão atue na emergência dos desastres e discuta a questão ambiental, esse debate precisa ser ampliado para a temática da vulnerabilidade e gestão dos desastres (AVILLA; MARTTEDI; SILVA, 2017, p.357-359).

Das diversas áreas do conhecimento que compõem a variável *outras áreas*, destacam-se as Ciências Sociais (Antropologia e Sociologia) e as Ciências da Saúde que estão representadas em, respectivamente, 50% e 30% do total de publicações que compõem a categoria. Das publicações correspondentes a variável *Serviço Social c/ outras áreas*, 50% tiveram colaboração de autores das Ciências Sociais, 25% das Ciências da Saúde e os outros 25% correspondem a produção conjunta das três áreas.

Dados sobre a vinculação institucional desses autores também foram coletados, teve-se por intuito verificar se as produções advêm do campo interventivo ou do ambiente acadêmico. Essas informações foram consultadas nos próprios artigos, portanto, podem ter sofrido alterações com o transcorrer dos anos, todavia, isso não altera a relevância do dado para o objetivo proposto.

Gráfico 9 - Vinculação institucional dos autores do material bibliográfico ²⁵

Fonte: Elaborado pela autora

Embora em porcentagem reduzida, há publicações produzidas por profissionais. O percentual de 19% equivale, em números absolutos, a sete autoras, das quais seis são Assistentes Sociais, quatro lotadas em órgãos vinculados a gestão de desastres - Defesa Civil de Juiz de Fora/MG e no Centro de Operações do Rio de Janeiro/RJ (COR)²⁶ – uma vinculada a área de responsabilidade social e contingência da Petrobras e outra vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social de Florianópolis/SC.

A maioria dos autores vincula-se ao ambiente acadêmico, 70% entre docentes, graduandos e pós-graduandos. Alguns artigos vinculam-se aos Programas de Pós-graduação, dois são desdobramentos de dissertações de mestrado e três de teses de doutorado. Dos quais, dois vinculam-se a pós-graduação em Serviço Social, um na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e outro na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RJ).

No Brasil, de 28 Programas de Pós-graduação em Serviço Social três possuem linhas de pesquisa que abordam o tema do meio ambiente ou dos desastres (AVILA; MARTTEDI; SILVA, 2017). É um número bastante reduzido, no entanto, esses dados podem indicar uma abertura da pós-graduação em Serviço Social à temática da questão socioambiental.

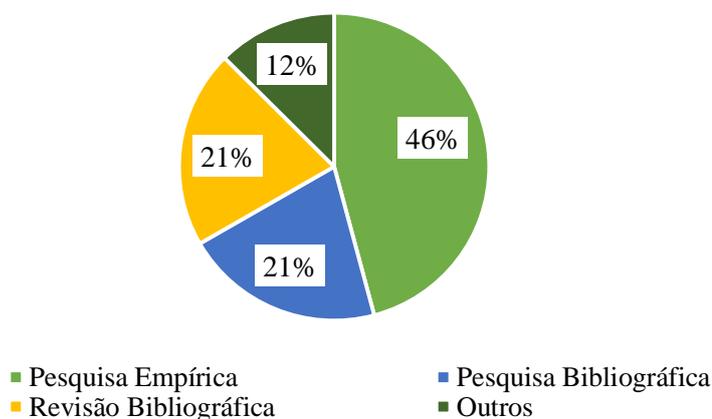
Optou-se também por apresentar a abordagem metodológica das publicações, para que seja possível ao leitor identificar a origem desses trabalhos, que são, em sua maioria, oriundos de pesquisas, 67% entre empíricas e bibliográficas. Há um percentual reduzido de revisões

²⁵ Nos casos em que o autor apontou exercer concomitantemente mais de uma função, como estar na pós-graduação e com um vínculo trabalhista, foi contabilizado duas vezes, constando, portanto, em mais de uma categoria.

²⁶ Instituição vinculada a prefeitura do Rio de Janeiro, criada para promover o gerenciamento de situações de crise sob a perspectiva de trabalho intersetorial (GUARANI; TEIXEIRA; ALCHORNE, 2015).

bibliográficas, com apenas 21%. A categoria *outros* representa 12% do total, corresponde as produções que não se enquadram nas referidas categorias, das quais: uma resenha do volume IV do livro *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas* (SIQUEIRA, 2015); a descrição sobre a problemática da seca (SOUZA, 1985) e a apresentação do editorial *Desastres e Justiça Ambiental* da revista *O Social em Questão* (GONÇALVES, VARGAS, 2015). As referidas informações constam no gráfico 10 abaixo.

Gráfico 10 - Metodologia adotada na elaboração do material bibliográfico



Fonte: Elaborado pela autora

Nas pesquisas empíricas predomina o enfoque qualitativo, os autores dedicam-se a observar, participar, registrar e analisar situações desencadeadas por desastres ou riscos, para tanto, fazem uso de estratégias metodológicas como as entrevistas, a coleta de depoimentos, grupos focais e visitas a campo. Entre os atores sociais enfocados nas produções sobressaem:

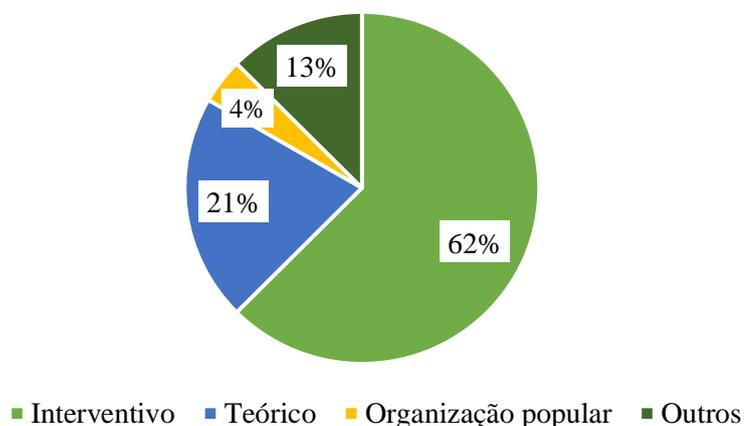
- **O poder público:** as respostas viabilizadas para atender demandas desencadeadas por desastres (provisão de alimentação, vestuário e abrigo), os processos de remoções e reassentamento, a violação de direitos, os interesses econômicos e políticos por trás dessas intervenções, a omissão e complacência frente as empresas poluidoras;
- **A população afetada:** as dimensões objetivas e simbólicas dessa afetação, os processos de mobilização desencadeados para responder demandas dos desastres, pressionar o poder público ou resistir as intervenções;
- **E, as empresas poluidoras:** as atividades perigosas e procedimentos de risco realizados, a omissão quanto as medidas de segurança, posicionamentos e discursos veiculados.

Apenas duas pesquisas empíricas fizeram uso do método quantitativo. Dutra e Gonçalves (2016) realizaram um levantamento, via questionário, sobre a intervenção dos assistentes sociais nos órgãos municipais de Proteção e Defesa Civil do país. Barreto (2010) agregou o método quantitativo e qualitativo e realizou um levantamento populacional e étnico dos moradores de áreas de risco em Juiz de Fora/MG, aplicou questionários e realizou entrevistas para testar a hipótese de que a maioria desses sujeitos eram negros, constatou que 70,5% o são.

Assim como Barreto (2010), Viana e Valencio (2015) enfocam sua pesquisa em um grupo populacional específico em contextos de desastre, os idosos moradores do município de Teresópolis/RJ e suas famílias. Através da realização de entrevistas, de revisão bibliográfica e documental abordam as dimensões objetivas e simbólicas dessa afetação e as estratégias de enfrentamento adotadas.

As publicações apresentam diferentes pontos de vistas sobre o objeto do desastre, alguns autores dedicam seus trabalhos a questões teóricas, outros a questões interventivas do campo dos desastres e alguns aos processos de organização popular fomentados pelos eventos. No gráfico 11 as produções são discriminadas de acordo com essa categorização.

Gráfico 11 - Ponto de vista sob o qual os autores abordam o objeto do desastre



Fonte: Elaborado pela autora

A maioria dos autores, 62%, debruça-se sobre questões interventivas, parte significativa deste percentual é composta por trabalhos descritivos que apresentam ocorrências específicas de desastres, alguns enfocam as ações viabilizadas pelo poder público (setores ou categorias profissionais) e outros a população afetada e seu discurso sobre a situação vivenciada. Uma porcentagem mais reduzida dedica-se a refletir sobre a gestão de desastres através da criação de modelos e esquemas explicativos.

A categoria “*teórico*” representa a segunda maior porcentagem, com 21%, abarca trabalhos dedicados a reflexão sobre o campo de conhecimento dos desastres e sobre temas transversais como a questão socioambiental e a vulnerabilidade socioambiental. Essas publicações dedicam-se a apontar lacunas, generalizações empíricas consolidadas no campo, refletir sobre conceitos, ou seja, tentativas de impulsionar o avanço desses estudos.

A ênfase nas organizações populares compõe a menor proporção das publicações, com 4%. Nesta categoria inseriu-se produções cujo principal objeto é analisar processos de organização popular decorrentes das situações de desastres, apenas o trabalho de Cunha, Pinheiro e Calazans (2015) enquadra-se nesta definição, nele os referidos autores analisam a conformação do movimento *Juntos pelo Complexo do Alemão* (SEÇÃO 2). É relevante salientar que a criação dessas organizações é citada em outras publicações, porém, a maioria não se atém a análise desses processos.

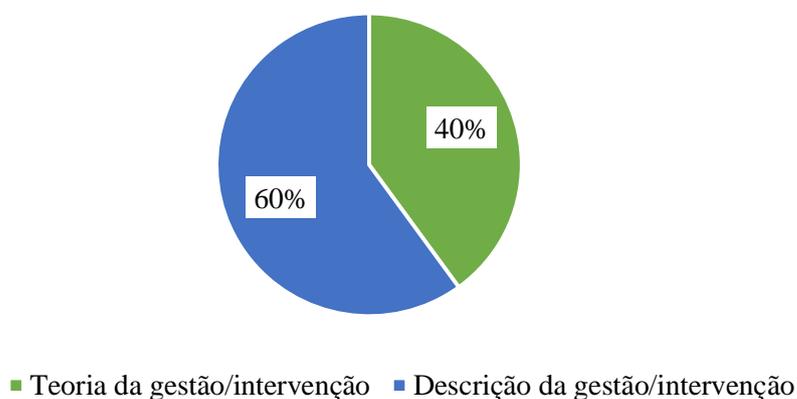
A categoria *outros*, representa 13% do total de publicações, é composta por produções que não se enquadram nas distinções referidas. Como a apresentação do editorial *Desastres e Justiça Ambiental* da revista *O Social em Questão* e a resenha do volume IV do livro *Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas*, que, por não possuírem um ponto de vista próprio dos autores, não possibilitam o enquadre nas categorias. A descrição realizada por Souza (1985) também não possibilita o enquadre, tendo em vista que a autora apenas descreve a situação dos pobres na região Nordeste, sem realizar inferências sobre a gestão/intervenção ou sobre organizações populares.

Considerou-se relevante analisar os pontos de vista com maior expressividade em relação a porcentagem de produções do Serviço Social. Para tanto, selecionou-se as variáveis *teórico* e *interventivo*. Do total de artigos teóricos 20% tem participação do Serviço Social, e dos artigos com enfoque interventivo, 60% possuem autores do Serviço Social. Deste modo, identifica-se a expressividade que a intervenção possui na produção de conhecimento sobre desastres da categoria. No entanto, sendo uma profissão eminentemente interventiva, o referido dado não é necessariamente uma novidade, resolveu-se então investigar todas as produções com enfoque interventivo.

Para tanto, optou-se por dividir o enfoque interventivo entre as categorias *descrição da gestão/intervenção* e *teorias da gestão/intervenção*. O primeiro abarca artigos que se dedicam a descrever casos específicos de desastres, com enfoque no poder público ou na população afetada. O segundo refere-se aos artigos que, além da mera descrição, dedicam-se a refletir sobre a gestão (criando esquemas explicativos e modelos a serem seguidos) ou sobre a intervenção profissional (apontando caminhos para a atuação). O gráfico 12 apresenta a

porcentagem que cada uma das categorias representa em relação ao total de publicações com enfoque interventivo.

Gráfico 12 - Ênfase na gestão/intervenção discriminada entre descrição da gestão/intervenção e teoria da gestão/intervenção



Fonte: Elaborado pela autora

A maioria, ou seja, 60% dessas publicações realizam apenas descrições, havendo também um percentual considerável, 40%, de autores dedicados a produzir teorias sobre a gestão/intervenção. Ao analisar o total de cada variável do gráfico 12 em relação as publicações com participação do Serviço Social, identifica-se que essa categoria contribuiu para a produção de 44% das publicações sob a classificação *descrição da gestão/intervenção* e 83% sob a classificação *teoria da gestão/intervenção*. Entre os autores dedicados a produção desses conhecimentos teóricos, havia cinco profissionais atuando como assistentes sociais. Os referidos dados apontam um predomínio da categoria na produção de conhecimentos teóricos sobre o âmbito interventivo, havendo então, um esforço desses profissionais para romper com o estigma de mero executor de ações assistenciais que permeia a profissão no âmbito interventivo dos desastres.

A seguir - com base em 25% do total de publicações que indicam as situações de desastre como um campo de intervenção dos assistentes sociais (SANTOS, 2012; NUNES, 2013; GONÇALVES, VARGAS, 2015; DUTRA, 2015; DUTRA, GONÇALVES, 2016; AVILA, MARTTEDI, SILVA, 2017) - realiza-se uma breve descrição sobre esse espaço socio-ocupacional, de modo a apresentar os desafios que tem representado a profissão e as potencialidades que o trabalho viabilizado por esses profissionais possui.

A inserção dos assistentes sociais, no âmbito dos desastres, tem ocorrido de maneira indireta, ou seja, esses profissionais não costumam compor as equipes de Proteção e Defesa

Civil, geralmente são deslocados de outras secretarias (VARGAS, GONÇALVES, 2015; DUTRA, GONÇALVES, 2016). Em pesquisa realizada em 142 órgãos municipais de Proteção e Defesa Civil, Dutra e Gonçalves (2016) evidenciam que apenas 24% dessas instituições possuem assistentes sociais em suas equipes, entretanto, 87% delas demandam a atuação desses profissionais em situações de desastres. Sendo estes, majoritariamente, deslocados das secretarias municipais de assistência social.

Essa demanda costuma restringir-se as fases de resposta e recuperação²⁷, ou seja, durante e após a ocorrência de desastres, os assistentes sociais pouco atuam em ações preventivas nas fases pré-impacto. Deste modo, sua intervenção, geralmente, limita-se ao cadastramento de afetados, a distribuição de donativos, ao gerenciamento de abrigos e ao acompanhamento de realocações a casas populares (DUTRA; GONÇALVES, 2016, AVILA; MARTTEDI; SILVA, 2017). Isso ocorre, pois, sua atuação vincula-se a Política de Assistência Social ²⁸e esta é incumbida de responder às fragilidades sociais desencadeadas pelo desastre, o que corresponde a parte significativa das ações de resposta e recuperação. Com o referido, evidencia-se, que no âmbito dos desastres, há uma redução do Serviço Social a Política de Assistência Social, e uma redução de ambos a viabilização e execução de ações emergenciais e paliativas.

A alteração do referido cenário é um processo complexo, tendo em vista que o saber valorizado nos órgãos de Proteção e Defesa Civil advém das ciências naturais e exatas, havendo certa desconsideração do conhecimento produzido pelas ciências sociais. E, por se estruturarem sob um modelo verticalizado com presença significativa de militares em cargos de autoridade, essas instituições costumam manter-se alheias ao diálogo e a negociação, principalmente com civis. Deste modo, a autonomia e possibilidade propositiva dos assistentes sociais é restrita nesse âmbito interventivo, questão agravada devido a maneira indireta com que se vinculam a esses órgãos.

Entretanto, Guarani, Teixeira e Alchorne (2015) apontam um caso que pode sinalizar mudanças nesse cenário, a Prefeitura do Rio de Janeiro criou, em 2010, um Centro para

²⁷ A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil (2012) abarca ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação (BRASIL, art. 3º, lei 12.608/2012a). As primeiras fases visam extinguir, reduzir e preparar as pessoas para os impactos. Nas duas últimas, são realizadas ações de socorro, assistência, recuperação estrutural e restabelecimento de atividades e serviços (DUTRA, GONÇALVES, 2016).

²⁸ A Política de Assistência Social é organizada em níveis de complexidade, Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade (BRASIL, 2013). Entre os serviços que compõem a Proteção Social de Alta Complexidade está o *Serviço de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências* (BRASIL, 2013), aponta-se ser, esta inserção, uma conquista importante no sentido de organizar a resposta do poder público às situações de desastre. No entanto, ressalta-se que esse serviço não deve ser utilizado de forma a sobrecarregar a referida política, pois as situações de desastre requerem um trabalho intersetorial e interdisciplinar, tendo em vista que representam uma ameaça à vida social.

gerenciamento de crise na perspectiva do trabalho intersetorial. Neste Centro há equipes de diversas secretarias, dentre as quais a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social cuja incumbência principal é atuar no Sistema de Alerta Comunitário para Chuvas Fortes através da mobilização de lideranças locais, para tanto, a equipe da referida secretaria elaborou um plano de contingência próprio. Esse exemplo demonstra avanços para a intervenção dos profissionais vinculados a Assistência Social no âmbito dos desastres, pois a intervenção destes deixa de ser demandada em caráter emergencial, sendo assim possível planejar e preparar o trabalho a ser executado, de modo a qualificá-lo.

Nas publicações algumas características do Serviço Social são apontadas como relevantes às situações de risco/desastre, dentre elas seu potencial articulatório e os princípios democráticos que a categoria elencou para si. Alguns autores apontam que a profissão pode contribuir para a articulação das demandas da população com os recursos disponíveis para atendê-las e da rede de serviços de saúde, habitação, defesa civil e etc. (MARQUES, 2011; AVILLA, MARTTEDI, SILVA, 2017). Podendo também contribuir para que a população afetada por obras e desastres seja ouvida, principalmente nos processos que envolvem conflitos de interesses como as situações de remanejamento (SAUER, RIBEIRO, 2012; FREITAS, NUNES, 2014).

Fica então, evidente que a atuação do profissional de Serviço Social no âmbito dos desastres não pode ficar circunscrita a execução de demandas emergenciais. A concretização dos potenciais mais amplos dessa atuação exige a construção de condições de planejamento para a intervenção. Pois, apesar de o ato de planejar ser uma competência e um direito dos assistentes sociais, a forma como os profissionais têm adentrado o âmbito dos desastres não favorece o seu desenvolvimento. No entanto, o planejamento é de suma importância para a intervenção no âmbito dos desastres, pois, além de ser um instrumento técnico que impõe racionalidade a ação, o ato de planejar possui uma dimensão política que direciona a atuação ao alcance de determinados objetivos (BAPTISTA, 2000). E, como as situações de desastre costumam ser permeadas por conflitos de interesses, é importante que o assistente social tenha clareza dos objetivos e implicações de sua atuação, para assim direcioná-la ao atendimento das demandas e necessidades da população afetada. Aponta-se então que, embora os desafios sejam significativos, o exemplo citado indica caminhos a serem trilhados para superação desses entraves, pois como apontam Bonin e Krüger (2015) “*o planejamento pode ser um caminho para o Serviço Social superar atitudes centradas no espontaneísmo e vinculadas as demandas assistenciais e emergenciais*”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que os assistentes sociais têm sido chamados a intervir nas situações de desastres, considera-se pertinente identificar como o tema tem se expressado na produção de conhecimento científico da categoria. Para tanto, foram analisadas as publicações sobre desastres das principais revistas brasileiras da área de Serviço Social.

A quantidade limitada de trabalhos encontrados e a presença expressiva de autores de outras áreas do conhecimento demonstraram a incipiência do debate teórico e da produção científica da categoria sobre desastres. Corroborando assim, com o resultado da pesquisa realizada por Avila, Marttedi e Silva (2017) nos Conselhos Regionais e na Pós-graduação em Serviço Social. E da pesquisa realizada por Carnevale (2009) nos anais do Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS) e do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), sobre a temática da questão socioambiental.

Aponta-se então que a falta de conhecimento e competência para intervir nas situações de desastre, comumente referida pelos assistentes sociais, reflete uma relação com o tema geralmente restrita ao campo interventivo, urgente e emergencial. Condição esta que dificulta a apropriação de conhecimentos sobre a gestão de desastres, que, por sua vez, impede a construção de posicionamentos próprios por parte dos profissionais.

No campo interventivo, a atuação dos assistentes sociais nas situações de desastre é consolidada e reconhecida pela categoria, sendo inclusive um dever do profissional, de acordo com seu atual código de ética (CFESS, 2011, art. 3º, alínea b). No entanto, aponta-se a pertinência de posições críticas quanto a esse campo de atuação, haja vista que, ao restringir a intervenção do Serviço Social a execução de ações emergenciais (paliativas e assistenciais), pode representar um retrocesso as conquistas históricas da profissão. Quanto ao referido, esta pesquisa demonstrou haver um esforço da categoria em identificar as demandas e intervenções viabilizadas pelos assistentes sociais nesse âmbito (SANTOS, 2012; NUNES, 2013; DUTRA, 2015; GONÇALVES, VARGAS, 2015; DUTRA, GONÇALVES, 2016; AVILA, MARTTEDI, SIVA, 2017). Com base nessas produções, salienta-se que, salvo algumas particularidades, muitos dos obstáculos com os quais a profissão tem se deparado nas situações de desastres estão presentes em seus demais espaços sócio-ocupacionais. Dentre os quais: os precários vínculos trabalhistas, as precárias condições de trabalho, desvalorização do saber profissional, redução do assistente social a política de assistência social, restrição a execução de ações assistenciais e entre outros obstáculos que a contemporaneidade tem imposto a profissão. Contudo, na área dos desastres um agravante desse cenário é a falta de conhecimento sobre a gestão de

riscos/desastres e sobre os debates teóricos e interventivos que permeiam o campo. Isso limita a autonomia e capacidade propositiva do profissional. Sendo assim, aponta-se haver um caminho necessário a ser percorrido pela profissão acerca da apropriação dessas discussões, para que não se perca a clareza das questões macroestruturais que originam os desastres (VASCONCELOS, 2002 apud FREITAS; NUNES, 2014), evitando assim a reprodução de discursos preconceituosos sobre a população afetada, e o enfoque na adaptação e responsabilização dos indivíduos pela situação vivenciada.

Nesse sentido, a segunda seção apresentou os debates teóricos e interventivos constantes nas publicações. Através da análise do material, constatou-se que a falta de clareza conceitual do campo de estudos tem gerado dificuldades para sua compreensão. Inicialmente parece haver um dissenso generalizado, no entanto, parte significativa das divergências se deve a questões terminológicas. Deste modo, identificou-se que os autores pactuam de alguns pressupostos, quais sejam: os desastres são fenômenos sociais originados na estrutura da sociedade; alguns indivíduos são mais vulneráveis aos riscos de desastres do que outros e a referida vulnerabilidade é produzida socialmente. Assim sendo, apontam a necessidade de inserção do contexto social nas análises sobre os desastres. No âmbito interventivo, as discordâncias vinculam-se ao modo como as vulnerabilidades socioambientais devem ser enfrentadas, se através do fornecimento de capacidades faltantes nos indivíduos, ou do fortalecimento de políticas públicas que visem romper com a produção de vulnerabilidades. Ao identificar as situações vexatórias e de violação de direitos que passam os sujeitos removidos de suas residências, concluiu-se também que o ato de desobedecer a ordens de desocupação de áreas de risco deve-se em grande medida a seleção dos riscos a partir de critérios sociais e não tecnológicos, ou seja, a necessidade premente de sobrevivência faz com que o risco social seja mais temido do que o risco físico.

Na seção três, apresenta-se a tipificação das ocorrências de desastre abordadas nas publicações. Identificou-se que os desastres tratados, em sua maioria, possuem origem socioambiental, e são fenômenos vinculados ao excesso de água incidentes sobre os espaços urbanos, majoritariamente no Estado do Rio de Janeiro. Esse perfil delineado foi analisado a partir das discussões constantes na segunda seção, concluiu-se que o enfoque se vincula as opções metodológicas desta pesquisa, as problemáticas conceituais e teóricas do campo e também ao contexto mais amplo da sociedade brasileira. No que se refere a última vinculação, identificou-se haver relação entre a alta densidade demográfica dos ambientes urbanos e os desastres vinculados ao excesso de água. Identificou-se que as regiões mais afetadas por desastres socioambientais no Brasil (Sul, Sudeste e Nordeste) estão contempladas nas

pesquisas. No entanto, o destaque em desastres ocorridos no Rio de Janeiro não possui relação com uma maior incidência de desastres socioambientais ou uma maior quantidade de danos humanos nessa localidade. A motivação mais plausível é a existência de um maior engajamento dos acadêmicos e profissionais do Rio de Janeiro com a temática dos desastres. Este dado demonstrou um descaso do Serviço Social com a temática nas demais regiões do Brasil, tanto no âmbito acadêmico (universidade) quanto interventivo (CRESS).

Na última seção apresenta-se o mapeamento das publicações, analisou-se o conjunto do material bibliográfico e as produções cujos autores se inserem na área do Serviço Social, de modo a comparar ambos grupos. Sobre o total de publicações, identificou-se que: as produções são bastante recentes, publicadas em sua maioria nos últimos oito anos; a maioria dos autores vincula-se ao ambiente acadêmico, havendo um reduzido percentual de publicações de profissionais; há poucas produções dedicadas a avançar o campo de estudo dos desastres, em sua maioria enfocam o campo interventivo, através da realização de descrições sobre a atuação do poder público e a afetação da população. Sobre o referido, Quarantelli (2015) aponta ser uma característica do início dos campos de estudo, em que qualquer observação empírica contribui para preencher o vazio de conhecimento existente, no entanto, aponta que para ultrapassar esse estágio é necessário o desenvolvimento de quadros analíticos, teorias, modelos e hipóteses.

No que diz respeito às produções com autores vinculados ao Serviço Social, verificou-se que também enfocam o campo interventivo, no entanto, parte significativa desses autores ultrapassam a mera descrição de eventos, dedicam-se a refletir sobre a gestão e intervenção no campo dos desastres, ou seja, produzem o que aqui se denomina como *teoria da gestão/intervenção* (NUNES, 2013; SANTOS, 2012; KAUCHAKJE, DALCIN, 2015; DUTRA, GONÇALVES, 2016; AVILLA, MARTTEDI, SILVA, 2017). A maioria dos trabalhos publicados por profissionais foi produzida por assistentes sociais, deste modo, evidencia-se que, a despeito da negligência do âmbito acadêmico, há um esforço da categoria que intervém no campo para produzir conhecimentos, tentando assim, romper com o estigma de mero executor de ações assistenciais que permeia a profissão no âmbito interventivo dos desastres.

Com estas colocações conclui-se que o trabalho dos assistentes sociais no âmbito dos desastres possui relevância, mesmo na execução de ações assistenciais a atuação desses profissionais pode contribuir para a redução de violação de direitos, comuns nas situações de emergência, através do incentivo a participações da população afetada nos processos decisórios.

Havendo também a possibilidade de transcender o caráter paliativo e os limites setoriais da intervenção, ao acionar o potencial articulatório da categoria, de modo a conectar as demandas da população e os recursos disponíveis para atendê-las, através da articulação entre a rede de serviços de saúde, habitação, defesa civil e etc. (MARQUES, 2011; AVILLA, MARTTEDI, SILVA, 2017).

No entanto, a concretização dos potenciais está condicionada a apropriação de conhecimentos por parte da categoria e a construção de condições de planejamento para essa intervenção no campo das políticas sociais. Necessitando uma maior atenção do ambiente acadêmico as questões teóricas e interventivas do âmbito dos desastres.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. O conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento: anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 32, v. 11, p.115-129, 2013.

_____. Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XVIII - nº 33, p.57-68, 2015.

AVILA, Maria Roseli Rossi; MATTEDI, Marcos Antonio e SILVA, Maria Salete da. Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional. **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2017, n.129, pp.343-365. ISSN 0101-6628. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.112>.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento social: intencionalidade e instrumentação**. São Paulo: Editora: Veras, 2000, p. 160.

BARRETO, Ana Cláudia de Jesus. O LUGAR DOS NEGROS POBRES NA CIDADE: ESTUDO NA ÁREA DE RISCO DO BAIRRO DOM BOSCO. **Libertas**, Juiz de Fora, v. 10, n. 2, p.188-215, jan. 2010.

BONIN, Silvana. KRUGER, Tânia. Planejamento e Serviço Social. **Sociedade em Debate**, n. 21, v. 2, p. 63-83, 2015.

BRASIL. Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nos 12.340, de 1o de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. Brasil, BR, 10 abr. 2012a.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE)**. Brasília, 2012b.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília, 2007. 82 p.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2013. 58 p.

CARMAN, María. Una larga conversación ambiental: las narrativas del padecimiento en una política de relocalización. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XVIII - nº 33, p.123-152, 2015.

CARNEVALE, Barbara Louise. **O tratamento dado pela categoria profissional à questão ambiental: um estudo dos encontros nacionais de pesquisadores em Serviço Social e congressos brasileiros de assistentes sociais**. 2009. 102 f. TCC (Graduação) - Curso de Serviço Social, Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. Código de ética do/a assistente social. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. - 9. ed. rev. e atual. - [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2011]. 60 páginas

CUNHA, Marize Bastos da et al. O desastre no cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 33, p.95-122, 2015.

CUNHA, Marize Bastos da; PINHEIRO, Alan Brum; CALAZANS, Raphael. Vou te exigir o meu lugar, se não me der, eu vou tomar: o desastre do temporal no Rio de Janeiro e o Movimento Juntos pelo Complexo do Alemão. **Libertas**, Juiz de Fora, v.15, n.2, p.243-272, ago./dez. 2015.

DALCIN, Kellen C.; KAUCHAKJE, Samira. Processo de consolidação e normatização de políticas públicas no Brasil: estudo comparativo da implementação das políticas de Assistência Social e de Proteção e Defesa Civil. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 33, p.239-264, 2015.

DUTRA, Adriana Soares. Problematizando o conceito de risco. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XVIII - nº 33, p.177-192, 2015.

DUTRA, Adriana Soares; GONÇALVES, Rafael Soares. Atuação dos assistentes sociais nos órgãos municipais de Proteção e Defesa Civil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 37, v. 14, p.106-125, 2016.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli; NUNES, Letícia Soares. Serviço Social e a questão ambiental: uma demanda emergente? In: FAGUNDES, Helenara Silveira; SAMPAIO, Simone Sobral (Org.). **Questão social e direitos humanos**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014. p. 129-151.

GONÇALVES, Rafael Soares. Porto Maravilha, renovação urbana e o uso da noção de risco: uma confluência perversa no Morro da Providência. **Libertas**, Juiz de Fora, v.13, n.2, p.175-207, jul./dez. 2013.

GONÇALVES, Rafael Soares; VARGAS, Dora. Desastres e Justiça Ambiental: um desafio para o Serviço Social. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XVIII, v. 33, p.9-22, jan. 2015.

GUARANI, Ana Paula; TEIXEIRA, Emilia; ALCHORNE, Sindely. Desastres ambientais e ação governamental: o Centro de Operações Rio e a experiência institucional da prefeitura do Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XVIII - nº 33, p.313-324, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas da população residente nos municípios brasileiros - 2014**. Gráfico - Concentração da população Faixa litorânea - 2014. Disponível em: <https://atlasescolar.ibge.gov.br/images/atlas/mapas_brasil/brasil_distribuicao_populacao.pdf>. Acesso em: 02 maio, 2018.

KOBIYAMA, Masato et al. Prevenção de desastres naturais: conceitos básicos. Curitiba: Ed. Organic Trading, 2006. p.109.

LIEBER, Renato Rocha; ROMANO-LIEBER, Nicolina Silvana. Risco e precaução no desastre tecnológico. **Cadernos Saúde Coletiva**, 13(1):67-84, 2005.

MARCHEZINI, Victor. Dos desastres da natureza à natureza dos desastres In: VALENCIO, Norma et al (Org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima, 2010. v. II, p. 238.

MARQUES, Cristiane C. **Faces do Desastre Socioambiental do Vale do Itajaí: Análise sobre os desafios lançados ao Serviço Social**, Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil, 2011.

NUNES, Letícia Soares. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p.196-212, 2013.

PINHEIRO, Francine Damasceno. A atuação do INEA no Vale do Cuiabá, Petrópolis, RJ: remoções e violações de direitos como justificativa de proteção à vida dos afetados. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XVIII - nº 33, p.215-238, 2015.

PORTO, Philippe Seyfarth de Souza; PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Desastres, crise e justiça ambiental: reflexões a partir do contexto brasileiro. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 33, p.153-176, 2015.

QUARANTELLI, Enrico Louis; BRIGATTE, Tradução: Raquel. Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, ano XVIII, n. 33, p.25-56, 2015.

QUINTERO, Ricardo Rodríguez. Pobreza, tragedia, gobierno. El caso del barrio El Retiro (Distrito de Aguablanca, Cali, Colombia) en los años 80. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 33, p.289-312, jan. 2015.

RIBEIRO, Edaléa Maria; SAUER, Mariane. **Meio ambiente e Serviço Social: desafios ao exercício profissional**. Porto Alegre: Textos & Contextos, 2012. v. 11, n. 2, p. 390 – 398, ago./dez. 2012.

RIFFEL, Eduardo Samuel; GUASSELLI, Laurindo Antonio; BRESSANI, Luiz Antonio. DESASTRES ASSOCIADOS A MOVIMENTOS DE MASSA: UMA REVISÃO DE LITERATURA. **Boletim Goiano de Geografia**, [s.l.], v. 36, n. 2, p.301-305, 16 ago. 2016. Universidade Federal de Goias. <http://dx.doi.org/10.5216/bgg.v36i2.42796>.

ROSA, Islene Ferreira; RIGOTTO, Raquel Maria. Conflito socioambiental no entorno de fábrica de agrotóxicos no Ceará-Brasil. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 32, v. 11, p.197-213, jan. 2015.

SANTOS, Rúbia dos. Gestão de desastres e política de assistência social. **Rev. katálysis** [online]. 2012, vol.15, n.1, pp.32-40. ISSN 1982-0259. <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-49802012000100003>.

SIQUEIRA, Antenora Maria da Mata. Desastres em perspectivas: contribuições disciplinares para contextos de crise. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 33, p.395-398, jan. 2015.

SOUZA, Maria Luiza. A seca e a sua problemática social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 6, p.149-155, dez. 1986.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina. CEPED – Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2012: volume Brasil. Florianópolis: CEPED-UFSC, 2013a.

_____. CEPED – Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2012: volume Rio de Janeiro. Florianópolis: CEPED-UFSC, 2013b.

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina, ceped – Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres. Atlas brasileiro de desastres naturais 1991 a 2012: volume Santa Catarina. Florianópolis: CEPED-UFSC, 2013c.

VALENCIO, Norma. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, Norma et al (Org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima, 2009. v. I, p. 268.

VALENCIO, Norma; VALENCIO, Arthur. O guardador do portal de Hades: elementos sociopolíticos para uma análise acerca do enfrentamento institucional dos desastres no Brasil. In: VALENCIO, Norma et al (Org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima, 2010. v. II, p. 238.

VARGAS, Doria. “Eu fui embora de lá mas não fui”: a construção social da moradia de risco. In: VALENCIO, Norma et al (Org.). **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. São Carlos: Rima, 2009. v. I, p. 280.

VIANA, Aline Silveira; VALENCIO, Norma. Desafios de idosos no enfrentamento de um desastre: considerações sociológicas e gerontológicas. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XVIII - nº 33, p.69-94, 2015.

VÍGOLO, Tamires Cristina. **Política de Assistência Social, prevenção e respostas aos desastres socioambientais** (Dissertação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), 2013.

WISTUN, Débora. Desastres en cámara lenta: incubación de confusión tóxica y emergencia de justicia ambiental y ciudadanía biológica. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, Ano XVIII - nº 33, p.193-214, 2015.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO PARA COLETA DE DADOS NO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO.

1. Aborda o tema dos desastres a partir de qual perspectiva: 1) o agente deflagrador do desastre, 2) o agente receptor do impacto ou 3) a resposta dada ao mesmo?
2. Faz uso do paradigma da vulnerabilidade interna ou externa?
3. Dos trabalhos que discorrem sobre a vulnerabilidade, qual a definição utilizada? Defendem que a superação desta deve se dar através do fortalecimento de capacidades individuais ou rompendo a produção social das vulnerabilidades?
4. Aborda o tema a partir do risco ou do desastre? Se posiciona frente ao debate sobre qual desses aspectos deve ser focado?
5. Qual a definição de desastre utilizada? Faz alguma subdivisão distinção entre os fenômenos deflagradores de desastres?
6. A definição de risco utilizada, inclui o conceito de vulnerabilidade?
7. Concebe a distribuição desigual dos riscos e agravos de desastres?
8. Das situações de risco/desastre abordadas, qual o tipo, entre socioambiental e tecnológico? Qual a cidade/ Estado de incidência? É urbano ou rural? Enfoca a problemática da moradia?
9. Aponta a potência transformadora das situações de desastre? Aponta exemplos de resistência da população afetada?
10. Aponta a relativização do risco físico frente ao risco social?
11. Qual a metodologia adotada nos artigos? Quais os instrumentos utilizados?
12. Trabalha sob a ótica de uma política pública em especial (saúde, assistência, segurança)?
13. De acordo com os artigos, quais políticas públicas são acionadas no momento do desastre?
14. O trabalho é dedicado a questões teóricas, interventivas ou em organizações populares?
15. Quais são as práticas corriqueiras do poder público nas situações de desastre?
16. Apontam a necessidade do trabalho interdisciplinar, intersetorial e da participação popular como meio de superar as dificuldades do órgão público em responder as situações de desastres?
17. Dos artigos voltados a realizar “denúncias”, apontam medidas práticas para solução da problemática através da gestão dos desastres?
18. Enfoca algum grupo de risco (idosos, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, animais)?

19. Dos trabalhos decorrentes de pesquisas, são oriundas do ambiente acadêmico teses/dissertações/TCCs? Em quais universidades e áreas de conhecimento foram realizadas?
20. Nos artigos que envolvem entrevistas, quais atores sociais são ouvidos?
21. Faz apontamentos sobre a produção de conhecimento do Serviço Social sobre desastres?
22. Faz apontamento sobre a intervenção do Serviço Social no âmbito dos desastres?

APÊNDICE B - QUADRO PARA COLETA DE DADOS NO MATERIAL BIBLIOGRÁFICO

REVISTA	TÍTULO	ANO DE PUBLICAÇÃO	VOL. /NÚM. /EDITORIAL

AUTOR	FORMAÇÃO DO AUTOR	TCC/DISSERTAÇÃO/TESE

OBJETIVO	METODOLOGIA	TIPO DE DESASTRE

PONTO DE VISTA: Intervenção - Teórico - Organização Popular	GESTÃO/INTERVENÇÃO - Teórico ou descritivo	RELAÇÃO EXPLÍCITA C/ SERVIÇO SOCIAL

DESCRIÇÃO

APÊNDICE C – PUBLICAÇÕES DAS REVISTAS BRASILEIRAS DE SERVIÇO SOCIAL QUE ABORDAM A TEMÁTICA DOS DESASTRES

REVISTA	ARTIGOS SOBRE DESASTRES	AUTOR
Serviço Social & Sociedade	Serviço Social e desastres: campo para o conhecimento e a atuação profissional	Maria R. R. Avila (Serviço Social) Marcos Antonio Mattedi (Sociologia) Maria Salete Da Silva (Serviço Social)
	A seca e a sua problemática social	Maria Luiza Souza (Serviço Social)
O social em Questão	O desastre no cotidiano da favela: reflexões a partir de três casos no Rio de Janeiro	Marize Bastos da Cunha et. al. (Educação)
	Problematizando o conceito de risco	Adriana Soares Dutra (Serviço Social)
	Processo de consolidação e normatização de políticas públicas no brasil: estudo comparativo estudo comparativo da implementação das políticas de assistência social e de proteção e defesa civil	Kellen C. Dalcin (Serviço Social) Samira Kauchakje (Ciências Sociais)
	Desastres ambientais e ação governamental: o Centro de Operações Rio e a experiência institucional da prefeitura do rio de janeiro	Ana Paula Guarani (Serviço Social) Emilia Teixeira (Serviço Social) Sindely Alchorne (Serviço Social)
	Uma agenda de pesquisa do século 21 em ciências sociais para os desastres: questões teóricas, metodológicas e empíricas, e suas implementações no campo profissional	Enrico Louis Quarantelli (Sociologia)
	Desafios de idosos no enfrentamento de um desastre: considerações sociológicas e gerontológicas	Aline S. Viana (Gerontologia/Eng. Ambiental) Norma Valencio (Economia/Eng. Ambiental)
	Desastres em perspectivas: contribuições disciplinares para contextos de crise	Antenora Maria da Mata Siqueira (Serviço Social)
	Desastres, crise e justiça ambiental: reflexões a partir do contexto brasileiro	Philippe Seyfarth de Souza Porto (Direito) Marcelo Firpo De Souza Porto (Saúde)
	Desastres e justiça ambiental: um desafio para o serviço social	Rafael S. Gonçalves (Serviço Social) Dora Vargas (Serviço Social)
	A atuação do INEA no vale do Cuiabá, Petrópolis, RJ: remoções e violações de direitos como justificativa de proteção à vida dos afetados.	Francine D. Pinheiro (Ciências Sociais)
	Pobreza, tragedia, gobierno. el caso del barrio El Retiro (distrito de aguablanca, cali, colombia) en los años 80	Ricardo Rodríguez Quintero (Ciências Sociais)

	Desastres en cámara lenta: incubación de confusión tóxica y emergencia de justicia ambiental y ciudadanía biológica	Débora Swistun (Ciências Sociais)
	Una larga conversación ambiental: las narrativas del padecimiento en una política de relocalización	María Carman (Antropologia Social)
	Vulnerabilidade social, conflitos ambientais e regulação urbana	Henri Acselrad (Economia)
Libertas	Vou te exigir o meu lugar, se não me der, eu vou tomar: o desastre do temporal no rio de janeiro e o movimento juntos pelo Complexo do Alemão	Marize Bastos da Cunha (Saúde) Alan Brum Pinheiro (integrante de movimento social) Raphael Calazans (Serviço Social)
	O lugar dos negros pobres na cidade: estudo na área de risco do bairro Dom Bosco	Ana Claudia De Jesus Barreto (Serviço Social)
	Porto maravilha, renovação urbana e o uso da noção de risco: uma confluência perversa no morro da providência	Rafael Soares Gonçalves (Serviço Social)
Katálises	Gestão de desastres e política de assistência social	Rúbia Dos Santos (Serviço Social)
Em Pauta	A atuação dos assistentes sociais nos órgãos municipais de proteção e defesa civil	Adriana Soares Dutra (Serviço Social) Rafael Soares Gonçalves (Serviço Social)
	O conhecimento do ambiente e o ambiente do conhecimento: anotações sobre a conjuntura do debate sobre vulnerabilidade	Henri Acselrad (Economia)
	Conflito socioambiental no entorno de fábrica de agrotóxicos no Ceará-Brasil	Islene Ferreira Rosa (Enfermagem) Raquel Maria Rigotto (Medicina)
Textos & Contextos	A questão socioambiental e a atuação do assistente social	Letícia Soares Nunes (Serviço Social)